

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

LEIS E COSTUMES DA CULTURA DE NUZI E SUAS POSSÍVEIS
RELAÇÕES COM OS SUBSTRATOS NARRATIVOS
TRADICIONAIS DOS PATRIARCAS E MATRIARCAS BÍBLICOS

Ricardo Almeida de Paula

GOIÂNIA

2003

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**LEIS E COSTUMES DA CULTURA DE NUZI E SUAS POSSÍVEIS
RELAÇÕES COM OS SUBSTRATOS NARRATIVOS
TRADICIONAIS DOS PATRIARCAS E MATRIARCAS BÍBLICOS**

RICARDO ALMEIDA DE PAULA

ORIENTADOR:

Prof^o Dr. Valmor da Silva

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Ciências da Religião como
requisito para obtenção do grau de mestre.

GOIÂNIA

2003

Agradeço ao Senhor YHWH o Todo-Poderoso que me deu forças, inteligência e sabedoria em todas as circunstâncias deste curso.

À minha amada esposa Rozangela, pela bênção que é, por seu amor e paciência, pelo incentivo e carinho nas horas mais difíceis desta jornada.

Aos meus filhos Izabella, Gabriel e Daniel, por doarem do tempo que era deles para que pudesse estudar.

Ao Prof. Dr. Valmor da Silva, pela orientação e, mais do que isto, por sua amizade e apreço em muitos momentos.

**DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 31 DE MARÇO DE 2003**

BANCA EXAMINADORA

1) Dr. Valmor da Silva (Presidente) _____

2) Dr. Haroldo Reimer (Membro) _____

3) Dr^a Milca Severino Pereira (Membro) _____

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE NUZI.....	22
1.1. Os Primórdios da Pesquisa.....	22
1.2. O Material de Nuzi Diante da Crítica.....	24
1.3. Os Hurritas - Estudo Sócio-político-religioso.....	31
CAPÍTULO 2 - CULTURA E LEI - UMA ANÁLISE CONCEITUAL.....	40
2.1. Um Breve Conceito de Cultura	40
2.2. Lei no Antigo Oriente e na Bíblia Hebraica.....	43
2.3. Leis de Nuzi.....	49
2.4. Tabletes de Leis Provenientes de Nuzi.....	50
2.5. Leis de Nuzi e os Patriarcas e Matriarcas Bíblicos - Uma Visão Crítica	55
CAPÍTULO 3 - GÊNESIS 12; 20 E 26 E A QUESTÃO DA ESPOSA/IRMÃ EM NUZI - UM ESTUDO COMPARATIVO SOB A PERSPECTIVA SINCRÔNICA	67
3.1. Preceitos Gerais de Análise de Textos Narrativos	68
3.2. Gênesis 12; 20 e 26 - Uma Análise Sincrônica	73
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89

RESUMO

PAULA, Ricardo Almeida de. *Leis e Costumes da Cultura de Nuzi e suas Possíveis Relações com os Substratos Narrativos Tradicionais dos Patriarcas e Matriarcas Bíblicos*. Universidade Católica de Goiás, 2003.

O presente estudo destina-se a estudar um conjunto de leis do Antigo Oriente Próximo em correlação com as narrativas bíblicas patriarco-matriarcais. Estudiosos como E. A. Speiser e Cyrus Gordon vêem uma relação estreita deste material encontrado em Nuzi com o *modus vivendi* patriarco-matriarcal, contudo, Thomas L. Thompson e John Van Seters questionaram a validade do material asseverando a não-correlação tão categórica dada nos primórdios da pesquisa e dos achados em Kirkuk. Seleccionamos algumas passagens para estudo crítico, a fim de equilibrar as posturas dos dois expoentes da questão e perceber uma correlação do material legal dentro de um *corpus* mais amplo do que a proposta original por parte dos estudiosos primevos.

ABSTRACT

PAULA, Ricardo Almeida de . *Laws and Customs of Nuzi and their Possible Relationship with Traditional Narratives Substracts of the Biblical Patriarchs and Matriarchs*. Universidade Católica de Goiás (Catholic University of Goiás), 2003.

The present research is destined to study a group of laws of the ancient Near East in relationship with patriarchal and matriarchal biblical accounts. Scholars just like E.A. Speiser and Cyrus Gordon agree that exists some narrow relationship of this material found at Nuzi and the patriarchal and matriarchal *modus vivendi*, although, Thomas L. Thompson and John Van Seters argued against the value of such material asserting the non-relationship as just thought in the beginning of the research and the Kirkuk findings. We selected some passages for critical studies, in the way to put in order the sides of the question and realize the relationship in broader sense with legal corpus of the ancient Near East.

ABREVIATURAS

a.C. - antes de Cristo.

ANET - PRITCHARD, James B.(ed.). *The Ancient Near East – An Anthology of Texts and Pictures*. 4th ed. Princeton: Princeton University Press, 1969.

BHS - *Biblia Hebraica Stuttgartensia*.

c. - *circa*.

GADD 51 - texto em GADD, C. J. *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, n.51, XXIII, 1926, p.49-161.

HSS - CHIERA, Edward. *Harvard Semitic Series*, 1929.

JEN - CHIERA, Edward. *Joint Expedition With the Iraq Museum at Nuzi*, 6 vols., 1927-1939.

TM - Texto Massorético.

INTRODUÇÃO¹

A questão da pertinência do material encontrado em Nuzi posiciona-se, atualmente, dentro das concepções dos estudiosos, em duas dimensões principais: a que entende ser o achado de proximidade com os patriarcas e matriarcas bíblicos, em seu sentido histórico, do ponto de vista histórico-gramatical e, aquela que percebe ser difícil coadunar o sistema de leis relatados em Nuzi relacionando-o com os patriarcas e matriarcas bíblicos, por entender as narrativas concernentes a estes em um tempo exílico ou pós-exílico, de acordo com o método histórico-crítico.

Assim sendo, procuraremos sintetizar os dois pontos de vista dentro da questão temática por nós sugerida.

Charles F. Myer² e William Foxwell Albright³ entenderam como consenso entre os estudiosos que os patriarcas e matriarcas estão mais próximos das leis e costumes de Nuzi do que daqueles babilônicos ou assírios.

Jack Finegan⁴ bem como G. Frederick Owen⁵ compreenderam que os estudos de caso feitos nas descobertas em Nuzi tinham uma correlação com Gn 15,2-3, a saber, o caso de adoção do damasceno Eliézer.

E.A. Speiser⁶, no seu comentário sobre Gênesis, observa a questão de Sara e Hagar dentro dos parâmetros aferidos em ANET⁷, que são referentes a provisão de filhos através de uma escrava (Gn 16; 21,1-21).

Moshe Greenberg⁸ e Harry Hoffner Jr⁹ - este último baseado no estudo sobre a origem lingüística do termo no Antigo Oriente- avaliam o caso dos *Teraphim* que foram roubados por Raquel da casa de seu pai via leis e costumes familiares descobertos nos documentos de Nuzi (cf. Gn 31). Os tabletes encontrados em Nuzi, *Arraphka e Kurruhanni*, explicam que a filha do marido poderia receber a propriedade do pai; isto seria efetivado somente no caso do pai presentear o genro com os deuses do lar como forma de testemunho que um acerto legal havia sido feito entre ele e a filha. Raquel

¹As traduções feitas no corpo do trabalho são minhas, exceto quando indicado o tradutor da passagem em questão.

² MYERS, Charles F. The Sample Interpretation of Extra-Biblical Sources- The Nuzi Material and the Patriarchal Narratives. In: *Biblical Interpretation- Principle and Practices*. Grand Rapids: Baker Book House, 1987, p. 169-76.

³ ALBRIGHT, William Foxwell. *From the Stone Age to The Christianity*. Garden City: Doubleday Pb., 1957.

⁴ FINEGAN, Jack. *Light From Ancient Past- The Archaeological Background of the Hebrew Christian Religion*. Princeton: University Press, 1947.

⁵ OWEN, G. Frederick. *Archaeology and the Bible*. New York: Fleming Revell Co., 1961.

⁶ SPEISER, E. A. Genesis. In: *Anchor Bible Commentaries, Vol. I*. Garden City: Doubleday, 1957.

⁷ PRITCHARD, James B (ed.). *Ancient Near Eastern Texts- Relating to The Old Testament*. Third printing, 1974, p. 219-20. A sigla ANET será adotada daqui por diante, sendo esta comum nos escritos e discussões técnicos sobre o Antigo Oriente.

⁸ GREENBERG, Moshe. Another Look at Rachel Theft of the Teraphim. *Journal of Biblical Literature*, n.81, 1962, p. 239-48.

⁹ HOFFNER JR., Harry A. The Linguistic Origin of Teraphim. *Bibliotheca Sacra*, v.124, n.495, 1967, p. 230-8.

estava tentando fazer de sua possessão ilegal dos ídolos do lar uma operação legal e legítima; garantindo, assim, a herança para seus filhos.

Edwin Yamauchi¹⁰ explica as três perícopes onde os patriarcas (Abraão e Isaque) apresentam suas esposas a reis estrangeiros como “irmãs” (Gn 12; 20; 26), através das descobertas em Nuzi, onde foi possível entender que “os vínculos matrimoniais seriam fortalecidos quando o marido não tinha tomado uma mulher como sua esposa apenas, mas a havia adotado como irmã.”¹¹

Bruce K. Waltke¹² reexamina os conceitos de crítica textual em seu desenvolvimento, entendendo que em última análise busca-se encontrar o chamado *Urtext* (texto original). Sua conclusão, em relação às discussões apresentadas por vários segmentos do tópico, pode ser resumida na expressão latina *est conjectura, non vero scriptura* (é suposição, não é realmente escritura), ressaltando que muito do que se refere à crítica bíblica é estritamente conjectural e/ou suposicional em suas conclusões.

Elmer B. Smick¹³ questiona e estuda a pertinência das interrelações culturais procurando responder à pergunta: “transculturalidade - paradigmática ou enigmática?” Smick observa que paradigmático ou enigmático é simplesmente um jargão dos especialistas para se demonstrar ou não uma mensagem teológica na transculturalização como demonstrada no Antigo Testamento. No caso dos patriarcas e matriarcas, como semitas, tiveram seu envolvimento cultural mais próximo do Oriente Asiático, contudo, viveram em uma estrada cultural frequentemente influenciada por povos não semitas tais como egípcios, hititas, hurritas, povos do mar e, eventualmente, persas.

¹⁰ YAMAUCHI, Edwin. *Las Excavaciones y Las Escripuras*. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1977.

¹¹ YAMAUCHI, Edwin. *Las Excavaciones*, p. 35.

¹² WALTKE, Bruce K. Aims of Old Testament Textual Criticism. *Westminster Theological Journal*, v.51, n. 1, 1989, p. 93-108.

¹³ SMICK, Elmer B. Old Testament Cross-Culturalism: Paradigmatic or Enigmatic? *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.32, n.1, 1989, p. 3-16.

Gerard van Groningen¹⁴, por seu turno, nos três primeiros capítulos do seu *Messianic Revelation in the Old Testament*, lida com a questão da pertinência do método histórico-crítico. Em seu estudo de casos, avalia textos egípcios, mesopotâmicos, hititas e cananitas do Antigo Oriente Médio, criticando a episteme do método histórico-crítico e concluindo pela historicidade dos relatos bíblicos referentes aos patriarcas e matriarcas.

David Denoel Freedman¹⁵ retoma a questão das “bênçãos do leito de morte”. Esta prática pode ser vista nas narrativas bíblicas das bênçãos de Isaque sobre Esaú e Jacó (cf. Gn 27); Jacó abençoando os seus filhos e os de José (Gn 48-49); posteriormente Moisés abençoando a Israel (Dt 33); e as bênçãos de Josué (Js 23-24). Ainda que em Nuzi este tipo de bênção fosse confinada à legitimação de propriedade, as “bênçãos do leito de morte” parecem ter valor legal nos tribunais.

Roland Laird Harris¹⁶ observa a questão sob o ponto de vista histórico. Ele entende os patriarcas e matriarcas como pessoas históricas. Sendo pupilo de Speiser, segue em alguns aspectos a dinâmica do seu mestre ao abordar questões pertinentes à crítica textual, especialmente na adoção da correlação dos achados de Nuzi com o *mores* (costume) patriarco-matriarcal.

O historiador Mark W. Chavalas¹⁷ tenta colocar em equilíbrio as idéias e posições sobre o conceito de história, a saber, coadunar os elementos historiográficos e os historiológicos. Sua pressuposição, ao se abordar o estudo das narrativas bíblicas, e isto inclui as narrativas patriarco-matriarcais, é de que estas devem ser vistas sob o crivo dos dois segmentos interpretativos da história, com um olhar crítico e comparativo. Neste

¹⁴ VAN GRONINGEN, Gerard. *Messianic Revelation in the Old Testament*. Grand Rapids: Baker Book House, 1990.

¹⁵ FREEDMAN, David Denoel. Nuzi. In: BECK, Astrid B. (ed.). *Anchor Bible Dictionary*, vol IV, Garden City: Doubleday, 1992, p. 1156-63.

¹⁶ HARRIS, Roland Laird. *Inspiration and Canonicity of the Scriptures*. Greenville: A Press, 1995.

ponto, entretanto, não descarta as pertinências do conteúdo histórico como apresentado na Bíblia.

Ainda, John Warwick Montgomery¹⁸ lida com as questões da crítica concernentes à historicidade dos relatos bíblicos, diante da assertiva de que estes devem ser considerados somente como documentos de fé e não essencialmente verídicos.

Montgomery posta-se em duas premissas fundamentais, diante desta posição. A primeira é de que a narrativa bíblica, inclusive a do milagre, pode - e deve- ser tomada com seriedade histórica pelo historiador; a segunda diz que o método histórico-crítico ao desmembrar o texto bíblico, longe de revelar o verdadeiro caráter das narrativas bíblicas, é simplesmente um critério histórico-científico ruim, seja empregado dentro ou fora da esfera teológica.

Apesar de toda euforia inicial com relação ao substrato arqueológico de Nuzi nos primórdios da pesquisa, os postulantes do método histórico-crítico questionaram a validade de tais conclusões criticando o uso indevido e precipitado do material por parte de arqueólogos e ao mesmo tempo a historicidade dos patriarcas e matriarcas bíblicos.¹⁹

A despeito da síntese proposta por Albright, consideráveis desintegrações ocorreram desde então. John Van Seters²⁰ e Thomas L. Thompson²¹ apresentaram as maiores críticas à convenção histórica da tradição patriarcal-matriarcal. Especialmente Van Seters propõe que as tradições centralizadas em Abraão são de fato do século VI a.C. e não fornecem dados seguros dos séculos anteriores.

¹⁷ CHAALAS, Mark W. Recent Trends in the Study of Israelite Historiography. *Journal of The Evangelical Theological Society*, v.38, n.2, 1995, p. 161-9.

¹⁸ MONTGOMERY, John Warwick. A Critique of a Certain Uncritical Assumptions in Modern Historiography. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 40, n.4, 1997, p. 653-61.

¹⁹ BRUEGGEMANN, Walter. *O Dinamismo das Tradições do AT*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

²⁰ VAN SETERS, John. *Abraham in History and Tradition*. New Haven: Yale University Press, 1975.

²¹ THOMPSON, Thomas L. *The Historicity of Patriarchal Narratives: The Quest for Historical Abraham*. Berlin: Walter de Gruyter, 1974.

Hans Walter Wolff²², por seu turno, aborda a questão da tradição javista (J), adotando a síntese proposta por G. Von Rad²³. Ele situa J na época do “iluminismo salomônico” do século X a.C., sendo este o referente literário-teológico desta tradição.

Rolf Rendtorff²⁴ afasta-se da posição de Von Rad entendendo a questão editorial dos textos do pentateuco (hexateuco) fora da perspectiva das fontes. Para ele existem complexos de tradição separados: o material sobre Abraão-Isaque, relato de Jacó, ciclo do êxodo.

James Crenshaw²⁵ critica a posição do iluminismo salomônico e lança dúvidas sobre a relevância de tal postura concernente à cultura israelita.

H.H. Schmidt²⁶ lançou um material independente antes de Rendtorff²⁷ concluindo que J deve ter sido do século VII a.C., isto é, da época do deuteronomista. Apesar de adotar caminhos diferentes dos de Van Seters²⁸, chega basicamente às mesmas conclusões que ele.

A questão do Eloísta (E) não é tão discutida, pois, parece ser um tanto quanto mais concensiosa no sentido de que esta tradição visa combater o sincretismo religioso²⁹.

A respeito do documento Sacerdotal (P) citaremos Ralph Klein³⁰ que interpreta a fonte em termos de esperança escatológica; Joseph Blenkinsopp³¹ observa que o traço

²² WOLFF, Hans Walter. O Querigma do Javista. In: *Dinamismo das Tradições do AT*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p.47-77.

²³ VON RAD, Gerhard. *Teologia do Antigo Testamento: Teologia das Tradições Históricas de Israel*. Francisco Catão (trad.), v.1 e 2. São Paulo: ASTE, 1973.

²⁴ RENDTORFF, Rolf. The Yahwist as a Theologian? The Dilemma of Pentateuch Criticism. *Journal for the Study of Old Testament*, n.3, 1976, p. 3-10.

²⁵ CRENSHAW, James. *Studies in Ancient Israelite Wisdom*. New York: KTAV Publishing House, 1976.

²⁶ SCHMIDT, H. H. In Search of New Approach in Pentateuchal Research. *Journal for the Study of Old Testament*, n.3, 1976, p. 33-42.

²⁷ RENDTORFF, *The Yahwist*, 1984, p. 6-7.

²⁸ VAN SETERS, *Abraham*, 1975, p.

²⁹ BRUEGGEMANN, *Tradições*, 1984, p. 155ss.

³⁰ KLEIN, Ralph. *Israel in Exile*. Philadelphia: Fortress Press, 1979.

³¹ BLENKINSOPP, Joseph. The Structure of P. *Catholic Biblical Quarterly*, n.38, 1976, p. 275-92.

que une a tradição do início ao fim é um traço mítico, tendo o termo *eretz* (ou *ereç-terra*) enquanto criação do mundo e distribuição de terra; Eugene March³² entende como teologia para peregrinos, tendo como temas a presença de Deus, a terra e o problema do exílio da culpa.

Vale uma menção distintiva à obra de Mary Douglas³³ que considerou a obra de P em termos de retrições dietéticas, localizada no século VI e V a.C. por estar Israel lutando por sua existência, sendo tais leis para preservar os limites da comunidade.

A história do Deuteronomista segue, em suas abordagens posteriores, o método de Martin Noth. Algumas críticas posteriores, especialmente de Rudolph Smend³⁴, observando os desenvolvimentos literários posteriores de modo a fazerem frente a novas situações sociais e questões de fé.

Contudo, uma perspectiva mais extensa e radical é feita por Robert Polzin³⁵. Polzin intenta tratar o caso assumindo o texto do narrador tal qual é, em suas palavras, “trata-se de lidar com o dogmatismo autoritário no diálogo ideológico da literatura”. A tensão na teoria de Polzin localiza-se na sua consideração sincrônica às questões histórico-redacionais, opondo-se frontalmente aos métodos de Smend.

Brevard Childs³⁶ adota um método denominado Crítica do Cânon. Ele percebe que os estudos devem ser feitos a partir de um bloco, pois crê que o estudo das partes é uma forma de violência ao texto. Na verdade, segundo Childs, o texto não provém de um processo editorial ou redacional; mas, é uma afirmação confessional, feita por uma comunidade que pretende fazer uma declaração teológica através do texto. Assim,

³² MARCH, Eugene. *The Priestly Tradition: A Theology for Sojourners*. *Society of Biblical Literature*, 1976.

³³ DOUGLAS, Mary. *Implicit Meanings*. London: Routledge and Paul, 1975.

³⁴ SMEND, Rudolph. *Das Gesetz und die Volker: Ein Brietrag zur deuteronomischen Redaktiongeschichte*. In: *Probleme biblischer Theologie*. Münch: Kaiser Verlag, 1971, p. 494-509.

³⁵ POLZIN, Robert. *Moses and the Deuteronomist*. New York: Seabury Press, 1980.

³⁶ CHILDS, Brevard S. *Old testament Theology in a Canonical Context*. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

Childs insiste num método de observação sob o crivo da compreensão teológica do texto.

Ao final da década de 80, Norman K. Gottwald³⁷, lidando com todas estas questões de Polzin e Childs, posicionou-se mais atento para as questões de intencionalidade político-teológica da comunidade ligada ao texto. Insiste que os temas narrativos do Pentateuco são uma construção ideológica com a finalidade de servir à iniciativa política do antigo Israel. O método sociológico de Gottwald, apesar de seguir as premissas de Marx, coaduna-se com a distinção feita por von Rad entre as tradições de teofania e lei do Sinai e o relato histórico de Guilgal.

As argumentações continuam adentrando os anos 90. Peter Addinall³⁸, reaborda a questão da história e o conteúdo bíblico entendendo que este é um elemento extenso e essencial para a compreensão de seu significado. Para Addinall somente quando este fato é reconhecido pode-se começar um criticismo literário propriamente dito. Assim sendo, a história é vista por Addinall como Deus apresentando evidência de Sua presença, atividade e natureza nos eventos deste mundo. Tal abordagem retoma as pressuposições de G.E. Wright³⁹ concernentes ao historicismo.

Retomando a questão arqueológica encontramos o trabalho de Jacques Briend⁴⁰, *Le Monde de la Bible*, onde discute entre outras coisas os últimos cem anos de pesquisa arqueológica em geral e a interrelação entre Bíblia e arqueologia. Usa alguns exemplos com a finalidade de ilustrar o uso correto e equivocado da arqueologia e Bíblia em seu diálogo mútuo.

³⁷ GOTTWALD, Norman K. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

³⁸ ADDINALL, Peter. The Bible and History. *The Expository Times*, n.102, 1991, p. 328-32.

³⁹ Vide WRIGHT, G. E. *O Deus Que Age*. Sumio Takatsu (trad.). São Paulo: ASTE, 1967.

⁴⁰ BRIEND, Jacques. Cent ans d'archéologie en Palestine. *Le Monde de la Bible*, v.75, 1992, p. 20-1.

Jean Margain⁴¹ através de seu artigo intitulado *Aspects de la Critique biblique ancienne* provê uma visão panorâmica concernente ao criticismo textual da Bíblia Hebraica usando um paradigma cronológico. Ele começa com o texto consonantal dentre as suas várias versões e esboça as diversas teorias que representam a leitura preferida. Continua através da obra dos Massoretas, incluindo a discussão de vários tópicos que produziram mudanças de compreensão e tradução do material histórico-tradicional.

Anterior às exposições de Briend e Margain, Gordon G. Garner⁴² procurava delimitar a função e o papel da arqueologia em relação à Bíblia. Ele demonstra que o papel da arqueologia é ilustrar, complementar e ajudar a controlar o nosso entendimento da Bíblia. Como uma ciência a arqueologia emprega um método sistemático de exploração, mas suas descobertas não são auto-explicativas. Elas carecem de uma cuidadosa interpretação. Além do mais, assevera, “o que o arqueólogo escava é somente uma pequena fração do conteúdo de um sítio em particular.”⁴³ Portanto, a arqueologia é uma ferramenta limitada. A despeito disso, é importante ressaltar que esta tem ajudado a ilustrar o meio-ambiente histórico e cultural da Bíblia.

Donald J. Wiseman⁴⁴, em consonância com as apreensões de Garner, diz que o arqueólogo deve ter humildade suficiente à moda de William Foxwell Albright ao publicar material abrangente, comentando provisionalmente, e estar pronto para revisar ou refinar hipóteses interpretativas à luz das novas evidências apresentadas.

⁴¹ MARGAIN, Jean. *Aspects de la Critique biblique ancienne. Etudes Théologiques et Religieuses*, v.67, 1992, p. 83-6.

⁴² GARNER, Gordon G. *Archaeology as a Tool. Vox Reformata*, v.50, 1988, p. 39-47.

⁴³ GARNER, *Archaeology*, 1988, p.42.

⁴⁴ WISEMAN, Donald J. *The Bottleneck of Archaeological Publication. Biblical Archaeology Review*, v.16, n. 5, 1990, p. 60-3.

Além das dificuldades encontradas com relação à hermenêutica arqueológica, entramos, também, no campo complexo da interpretação bíblica, especialmente no que se refere à questão patriarco-matriarcal.

Reuven Firestone⁴⁵, escreveu um artigo intitulado *Difficulties in Keeping a Beautiful Wife: The Legend of Abraham and Sara in Jewish and Islamic Tradition* onde compara o tratamento, tanto de judeus como muçulmanos, a partir de seis motivos da história bíblica concernente ao patriarca Abraão, quando este apresenta sua esposa como irmã. Ambas tradições têm seu foco fortemente localizado na versão exposta em Gn 12. A questão fundamental para Firestone é que, apesar do conteúdo tradicional ser utilizado pelos dois expoentes, a história não é registrada no *Qur'an* (Corão); sendo assim, o método exegético utilizado para analisar o substrato judaico não pode ser utilizado na abordagem islâmica da questão.

Judith E. McKinlay⁴⁶ usa as histórias variantes de Gn 12; 20, e 26, nas quais Abraão e Isaque adotam o artifício da esposa/irmã, para ilustrar o arcabouço de questões e significados produzidos ao se utilizar diferentes métodos de análise e interpretação correntes nos estudos da Bíblia. Ela enfatiza, neste pormenor, que nenhuma abordagem particular tem a capacidade de dar a compreensão dos textos de forma exaustiva e que as histórias dos textos simbolizam o desafio apresentado a nós de continuar a ler e buscar um novo significado para eles.

Nazzareno Marconi⁴⁷ examina Gn 37 que é considerado tão fragmentado e composto que seria impossível fazer uma leitura como uma unidade. Considerando a semântica do texto, não a sua gênese, Marconi sugere a possibilidade de uma leitura

⁴⁵ FIRESTONE, Reuven. *Difficulties in Keeping a Beautiful Wife: The Legend of Abraham and Sarah in Jewish and Islamic Tradition*. *Journal of Jewish Studies*, v.42, 1991, p. 196-214.

⁴⁶ MACKINLAY, Judith E. *Dead Spots or Living Texts? A Matter of Biblical Reading*. *Pacifica*, v.5, 1992, p. 1-16.

⁴⁷ MARCONI, Nazareno. *Contributi per una lettura unitaria di Gen 37*. *Rivista Biblica*, v.39, 1991, p. 277-303.

unitária, isto é, como uma unidade, enfatizando a estrutura narrativa e temas principais. Em particular, ele tenta mostrar como as incogruências e as duplicatas podem ser lidas como elementos de um desenvolvimento orgânico, o qual produz excelente coerência e significado profundo, ambos no capítulo e no contexto de toda história patriarcal, de modo especial na de José. Neste caso, de acordo com o autor, um controle significativo da ironia da passagem é notável, uma ironia que opõe aos planos humanos e seus resultados, geralmente inesperados, ou melhor, oposto ao que era esperado.

Mediante o exposto, visto que o estado da questão ainda permanece em discussão dentre os postulantes dos dois métodos de análise do material bíblico e que não há consenso entre os estudiosos, mesmo entre os que postulam o mesmo pressuposto científico, caminharemos em nosso estudo seguindo algumas premissas.

Analisaremos os primórdios da pesquisa, a saber, os achados e o posicionamento inicial dos estudiosos sobre a questão da correlação de tal descoberta e os patriarcas e matriarcas bíblicos.

Verificaremos o questionamento levantado com relação ao postulado inicial mediante a crítica feita à interpretação do substrado de Nuzi a partir de John Van Seters e Thomas L. Thompson até os meados da década de 90.

Traremos de forma concisa alguns postulados sobre cultura e lei, já que estaremos estudando as possíveis relações entre as leis e costumes da cultura de Nuzi e aquelas refletidas nas narrativas patriarco-matriarcais.

Exporemos e avaliaremos as leis e costumes da cultura de Nuzi, a fim de perceber se há de fato ou não relações entre estes e o *modus vivendi* dos ancestrais bíblicos.

Em termos metodológicos, relativo à análise do estudo de caso que

empreenderemos, seguiremos os postulados de Robert Polzin⁴⁸ e Norbert Rabe⁴⁹ que adotam uma análise sincrônica dos textos narrativos. Em particular, a crítica textual sincrônica propõe em fazer explícitas as conexões entre o texto em si e a crítica literária, por conseguinte, não se preocupa exatamente com a datação e variantes dos textos, como faz o criticismo tradicional. Utilizaremos do estudo comparativo de textos, a saber, os editados em ANET (Ancient Near Eastern Texts) e o TM (Texto Massorético) da BHS (Biblia Hebraica Stuttgartensia)

Nossa expectativa de conclusão será a de que há uma correlação cultural, não exatamente explicativa à *stricto sensu*, porém preservada em conteúdo já que no Oriente Antigo a legislação não se modificava com frequência, perpetuando os seus fundamentos por gerações seguidas.

⁴⁸ POLZIN, Robert M. *Biblical Structuralism: Method and Subjectivity in the Study of Ancient Texts*. Philadelphia: Fortress Press, 1977.

CAPÍTULO 1 - A RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE NUZI

1.1. Os Primórdios da Pesquisa

A descoberta de Nuzi (Yorgan Tapa) causou um certo reboiço no estudo do Pentateuco, principalmente no que se refere à questão patriarco-matriarcal como registrada nas narrativas bíblicas.

As escavações em Nuzi, atual Kirkuk no Iraque, foram iniciadas pela Universidade da Pennsylvania em 1925 e prosseguidas até 1931, com a cooperação do

⁴⁹ RABE, Norbert. Zur synchron definierten alttestamentlichen Textkritik. *Biblische Notizen*, n. 52, 1990, p. 64-97.

Museu Semítico e das Escolas de Pesquisa Oriental de Harvard e dos E.U.A., sob a coordenação de Edward Chiera.⁵⁰

A cidade encontra-se em uma região periférica com relação à Palestina do ponto de vista geográfico. Estudiosos como Charles Myers⁵¹ e Moshe Greenberg⁵² crêem, entretanto, que este material é de relevância substancial para o entendimento dos relatos bíblicos. O ponto fundamental subjaz no fato de as narrativas sobre os patriarcas e matriarcas bíblicos afirmarem terem estes vivido nas redondezas de Harã, pertencente geograficamente ao Império Mitanni (1500-1370 a.C.), no meio do vale do Eufrates, antes da imigração para Palestina.⁵³

Ainda que Nuzi seja uma pequena cidade dentro do Império Mitanni, sua importância está ligada ao fato de escribas e legisladores terem vivido lá, como *Iliya*, além de muitos homens influentes e poderosos, *Zike* e *Tarmiya*, por exemplo, e que tiveram registrados fielmente seus atos e negócios em arquivos familiares por quatro a cinco gerações.⁵⁴

Um número de documentos comerciais e um mapa de argila foram encontrados por Chiera e datados do período Acadiano, quando a cidade era conhecida como Gasur.⁵⁵

Embora as sondagens tenham atingido o solo virgem, o nível principal de ocupação descoberto foi o dos séculos XV e XIV a.C., quando a cidade estava sob o domínio dos horeus (hurritas).⁵⁶

⁵⁰ UNGER, Merrill F. *Archaeological Discoveries and Their Bearing on Old Testament: Part II. Bibliotheca Sacra*, v.112, n.446, 1955, p. 139, nota 1.

⁵¹ MYERS, Interpretation, 1987, p. 169.

⁵² GREENBERG, *Theft of the Teraphim*, 1962, p. 1156.

⁵³ MATTHEWS, Victor H.; BENJAMIN, Don C. *Old Testament Parallels: Laws and Stories from the Ancient Near East*. New York: Paulist Press, 1991, p. 242.

⁵⁴ Vide ANET, p. 219-20.

⁵⁵ Cf. PFFEIFER, Charles F. Nuzi. In: *The Biblical World: A Dictionary of Biblical Archaeology*. Grand Rapids: Baker Book House, 1966, p. 422.

⁵⁶ HOFFNER, Harry A. The Hitites and Hurrians. In: WISEMAN, Donald J. (ed.) *Peoples of Old Testament Times*. Oxford: At The Claredon Press, 1973, p. 222.

Os achados de cerca de 20.000 tabletes escritos em um dialeto babilônico cuneiforme antigo (acadiano), dentro de um local que os arqueólogos denominaram de “Palácio Verde”⁵⁷, devido à cor esverdeada de suas paredes, com registros legais concernentes a casamento, posse de terras, adoção, direitos no sentido geral, vieram a fazer um conjunto com aquelas descobertas tais como Ebla (c. 2300 a.C.), Tel-el-Amarna (c.1400-1350 a.C.) e Mari (c.1779-1761 a.C.), onde são identificados vários quesitos concernentes à cultura, linguagem, costumes e religião praticadas no Antigo Oriente, em um período que compreende basicamente de 1500 a 1350 a.C.

O Acadiano era a *lingua franca* do Oriente Próximo durante a Era de Amarna (c. 1400 a.C.).⁵⁸ Os escribas hurritas, contudo, usavam alguns termos em sua língua materna, com os quais estavam mais familiarizados.⁵⁹ Como resultado, os tabletes de Nuzi são uma fonte de informação relativa à língua Hurrita e, ao mesmo tempo, da Acadiana.

Ademais, dentro do campo cultural, os hurritas exerceram o papel de disseminadores da civilização mesopotâmica nos campos da lei, linguística, religião e arte.⁶⁰

1.2. O Material de Nuzi Diante da Crítica

A questão da validade de substratos arqueológicos concernentes à historicidade dos relatos bíblicos tem retomado a atenção dos estudiosos, especialmente dos anos setenta até o presente momento.

Do tempo em que os arquivos de Nuzi foram descobertos muita literatura foi

⁵⁷ Cf. MYERS, Interpretation, 1987, p. 176-7.

⁵⁸ Vide SAAGS, H. W. F. The Assyrians. In: WISEMAN, Donald J. (ed.) *People of Old Testament Times*. Oxford: At The Clarendon Press, 1973, p. 156-7.

escrita sob o crivo da luz derramada sobre as narrativas patriarco-matriarcais.⁶¹ E. A. Speiser foi um dos mais prolíferos nesta área.⁶²

Como dissemos anteriormente, à medida que o tempo passou o material foi submetido a repetidas e criteriosas análises. O entusiasmo inicial foi arrefecido por Van Seters e Thompson; ainda que seus esforços não tenham ganho muitos seguidores na fase inicial de suas discussões, é consenso entre os estudiosos que suas críticas não são de todo sem pertinência.

Van Seters e Thompson questionaram o uso do substrato encontrado evidenciando que havia um certo grau de especulação e má interpretação do material textual.

De acordo com John H. Walton⁶³, os problemas com o uso dos arquivos de Nuzi para informar sobre o período patriarco-matriarcal concentram-se em quatro categorias: cronológica, étnica, geográfica e metodológica.

De acordo com a categoria cronológica, os arquivos de Nuzi podem ser datados através de referências a nomes de reis hurritas de Mitanni. Tais materiais cobrem a época do período do Império Mitanni, de 1480-1355 a.C.⁶⁴ Esta pressuposição vai de encontro com a visão de datação tradicional dos patriarcas e matriarcas, a saber, quatro a três séculos anteriores a esta localização. A problemática criada neste ponto é já que Nuzi e os patriarcas e matriarcas estão tão distantes entre si no tempo, seria perigoso estabelecer em detalhes alguma correlação entre os achados de Nuzi e aqueles.

⁵⁹ PFFEIFFER, Nuzi, 1966, p. 422.

⁶⁰ MYERS, Interpretation, 1987, p. 170.

⁶¹ WALTON, John H. *Ancient Israelite Literature in Its Cultural Context: A Survey of Parallels Between Biblical and Ancient Near East Texts*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1990, p. 49.

⁶² Cf. vários artigos selecionados em GREENBERG, Moshe; FINKELSTEIN, J. (eds.) *Oriental and Biblical Studies*. Philadelphia: s.l., 1967.

⁶³ WALTON, Literature, 1990, p. 50.

⁶⁴ Cf. THOMPSON, Historicity, 1974, p. 199.

Cyrus Gordon⁶⁵ diante deste impasse datou os patriarcas e matriarcas nos séculos XV e XIV a.C. por causa das relações que ele via entre o material encontrado em Nuzi e os patriarcas e matriarcas.

Mesmo considerando um registro cultural preservado nos tabletas mitânicos como, por exemplo, da antiga Babilônia, requer-se a cautela de estudar os casos em particular no sentido de não extrapolar anacronicamente o seu conteúdo.

Mediante a categoria étnica, assevera-se que a população no período especificado dos achados era predominantemente hurrita. Não muito é sabido sobre eles, contudo, pode-se determinar que são indo-europeus e não semitas.⁶⁶ Assim sendo, permanece a dúvida se existiria algum relacionamento entre estas duas etnias que permitisse uma assimilação ou troca no âmbito cultural. Mesmo entendendo que houve encontros culturais que permitissem tal assimilação, torna-se difícil precisar o quanto ou o quê de algum costume particular os israelitas praticaram que reflita o pano-de-fundo étnico-cultural hurrita.⁶⁷

Devemos considerar dentro da categoria geográfica que a sociedade de Nuzi era hurrita, “representando uma forma de cultura evidente proveniente do Tigre ao Mediterrâneo.”⁶⁸ A questão de *per se* consiste em perceber que os patriarcas e matriarcas bíblicos podem ou não ter tido contato com a cultura hurrita. A precaução a ser tomada subjaz no fato de haver uma certa distância geográfica entre eles. Desta maneira, qualquer observação proposta de correlação entre as duas culturas, mediante a prática dos mesmos costumes, constitui-se em evidência imaterial e, ao mesmo tempo,

⁶⁵ GORDON, Cyrus H. *Introduction to the Old Testament Times*. Ventnor: Ventnor Publishers, 1953.

⁶⁶ BOTTÉRO, J. Le problème des Habiru. *IVe Rencontre Assyriologique Internationale*, Paris, 1954, p. 185, onde diz: “poucos nomes de Alalakh poderiam ser semitas, a maioria dos nomes é hurrita.” Ver também CAZELLES, H. The Hebrews. In: WISEMAN, D. J. (ed.). *Peoples of Old Testament Times*. Oxford: At The Clarendon Press, 1973, p. 19.

⁶⁷ WALTON, Literature, 1990, p. 50.

⁶⁸ WALTON, Literature, 1990, p. 50-1.

um “despejar” de costumes provenientes de Nuzi no contexto patriarco-matriarcal deve ser visto sob suspeita.⁶⁹

Na premissa metodológica, a tensão localiza-se na questão da práxis cultural. O fato de algum costume estar registrado nos anais de Nuzi não esclarece se tal proposição era algo praticado na sociedade como um todo. Para determinar este fato é necessário um estudo amplo e global e nem sempre existe documentação suficiente para se tomar uma posição que seja conclusiva nesta matéria.⁷⁰ Mesmo os mais entusiastas com as correlações entre Nuzi e os registros patriarco-matriarcais são cautelosos em suas abordagens do tema. David Noel Freedman⁷¹ diz que

*cuidado deve ser exercido no uso de padrões culturais e sociais para propósitos de datação; desde que estes são as nossas principais pistas no caso da Era Patriarcal, ter considerável flexibilidade em fixar a cronologia é prudente ... e Nuzi, ao menos, não pode ser usado como determinativo para datação.*⁷²

Outro ponto de discussão está nos chamados paralelos. Por vezes estes descansam sobre um único texto e que por si mesmo é obscuro. Usar material isolado para espelhar um costume de uma sociedade é no mínimo questionável.

A. R. Millard⁷³, nesta questão, afirma:

Quando tudo é dito, os ‘paralelos’ provam coisa alguma. Na pior das hipóteses, eles podem induzir ao erro, como uma evidência adicional que mostra um costume ser local ou estar no senso comum. Na melhor das

⁶⁹ FREEDMAN, David Noel. The Chronology of Israel and Ancient Near East. In: WRIGHT, G. E. (ed.). *The Bible and Ancient Near East*. New York: Doubleday & Company Inc., 1961, p. 205.

⁷⁰ WALTON, Literature, 1990, p. 51.

⁷¹ FREEDMAN, Chronology, 1961, p. 205.

⁷² FREEDMAN, Chronology, 1961, p. 205.

⁷³ MILLARD, A. R. Methods of Studying the Patriarchal Narratives as Ancient Texts. In: MILLARD, A.R.; WISEMAN, D. J. (ed.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p. 47.

hipóteses, eles mostram a possibilidade que as narrativas patriarcais exibam as mesmas práticas, permitindo-nos concluir que possam estar remontando à mesma época.

Apesar da observação de Millard, convém ressaltar que paralelos verdadeiros são de suma importância para identificação e interpretação no estudo dos casos empreendidos. Contudo, se há uma distância significativa no tempo, a saber, uma correlação entre fontes do segundo para o primeiro milênio a.C., não nos ajudará muito na datação e correspondências esperadas na conclusão do estudo.

M. J. Selman⁷⁴ classificou os paralelos em três categorias, a saber, paralelos que provêm exemplos adicionais, paralelos que provêm detalhes suplementares e paralelos que auxiliam na reconstrução.

Paralelos que Provêm Exemplos Adicionais - casos nos quais o material de Nuzi simplesmente fornece exemplos adicionais de práticas bem conhecidas a partir do substrato bíblico. Nesta abordagem está se mostrando que o costume apresentado na Bíblia não é isolado, mas que era praticado ao menos em Nuzi.⁷⁵

C.J. Mullo Weir⁷⁶ reconhece que os costumes sociais do Oriente Próximo auxiliam em uma certa proporção para validar a tradição israelita. Sua visão é que a prática dos costumes do povo de Nuzi não era tão distinta do conjunto dos seus vizinhos semitas, e desde que muitos dos costumes mesopotâmicos eram observados na Palestina, não seria surpreendente encontrar pontos em comum entre Nuzi e aqueles. Desta forma, a análise do conteúdo narrativo patriarcal não ficaria tão fortemente dependente de um único sítio, mas haveria uma fundamentação muito mais ampla da questão.

⁷⁴ SELMAN, M. J. Comparative Customs and Patriarchal Age. In: MILLARD, A. R.; WISEMAN, D. J. (ed.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p. 93ss.

⁷⁵ WALTON, Literature, 1990, p. 51.

Mesmo diante destas observações, vale a advertência de Mark Chaalas⁷⁷: “A ausência de achados não pode ser suficiente para invalidar ou validar o texto, contudo é imprudente descartar o texto por ausência de base histórica ou arqueológica.”

Paralelos que Provêm Detalhes Suplementares - “casos nos quais o material de Nuzi provê maiores detalhes de uma prática do que pode ser inferido do material bíblico.”⁷⁸ Cabe a pergunta: Até que ponto podemos aferir com certeza tais suplementos em relação a uma prática bíblica?

Estamos diante de um impasse que requer muita cautela. Primeiro, porque mediante o criticismo recente fala-se de “tradições” e não exatamente de uma tradição histórico-referencial.⁷⁹

Segundo, temos duas direções a tomar neste item. Uma sustenta a divisão das narrativas ancestrais em fontes discretas baseadas no uso dos nomes divinos e o outro critério tem acentuado a importância das narrativas de cunho individual.⁸⁰

Nesta questão é pertinente a observação de Donald J. Wiseman⁸¹:

É verdade que algumas das comparações feitas entre o pano-de-fundo social refletido em Gênesis e a evidência extra-bíblica foram levantadas pelo desejo dos especialistas em encontrar paralelos nos textos do Oriente Próximo Antigo. Contudo, desconsiderar tais paralelos não pode de per se argumentar contra a origem histórica ou a natureza dos textos de Gênesis em maior escala do que se tem contra as várias teorias propostas para interpretação deles.

⁷⁶ WEIR, C.J. Mullo. Nuzi. In: THOMAS, D. Winton (ed). *Archaeology and Old Testament Study*. Oxford: At the Clarendon Press, 1967, p. 73-86.

⁷⁷ CHAALAS, Mark W. The Historian, The Believer, And The OT: A Study In The Supposed Conflict Of Faith And Reason. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.36, n.2, 1993, p. 160.

⁷⁸ WALTON, Literature, 1990, p. 51.

⁷⁹ DEARMAN, J. Andrew. *Religion and Culture in Ancient Israel*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1992, p. 13.

⁸⁰ BLUM, Erhard. *Die Komposition der Vätergeschichte*. Neukirchen-Vluyn: Neukirchner Verlag, 1984, p. 505ss.

⁸¹ WISEMAN, D. J. Abraham In History And Tradition -Part I: Abraham The Hebrew. *Bibliotheca Sacra*, 1977, v. 134, n. 534, p. 124.

Paralelos que Auxiliam na Reconstrução - “casos nos quais o material de Nuzi tenha sido usado para prover uma explicação de um costume não evidente ou claramente entendido no material bíblico.”⁸²

Neste ponto aparecem discussões mais acirradas a respeito dos paralelos e suas interpretações. O quesito cautela faz-se mais acurado. Lembrando, conforme adverte Garner⁸³, que os achados arqueológicos (neste caso as tábuas de Nuzi) não são auto-explicativos. Apesar de ilustrar, completar e ajudar a nossa compreensão do texto bíblico, o que o arqueólogo encontra é limitado pelo seu próprio sítio e conteúdo. Assim sendo, tal achado carece de cuidadosa interpretação.

Mark Chaalas⁸⁴ insiste, por sua vez, que devemos observar a questão da historicidade, do texto ou material em questão, com um olhar crítico e comparativo. Em sua opinião, “o historiador labora com a evidência palpável e não elabora sobre ela. O que é desnecessário para a apresentação de uma reconstrução de onde a evidência é retirada.”⁸⁵

Roland De Vaux⁸⁶ foi um dos estudiosos sobre os paralelos entre as culturas de Israel e Hurríta que mudou sua opinião durante a evolução de sua pesquisa. De acordo com M. J. Selman⁸⁷, as análises de De Vaux “concernentes à questão comparativa dos costumes sociais foram mais extensamente mudadas, concluindo que a maior parte das analogias eram imperfeitas, e em alguns casos incertas.”⁸⁸

Mesmo diante das advertências sugeridas acima, precisamos ter em conta as correlações de cunho real e positivo dentro de nossa proposição temática, entendendo

⁸² WALTON, Literature, 1990, p. 52.

⁸³ GARNER, Tool, 1988, p. 39-40.

⁸⁴ CHAALAS, Trends, 1995, p. 163.

⁸⁵ CHAALAS, Trends, 1995, p. 163.

⁸⁶ DE VAUX, Roland. *Ancient Israel - Its Life and Institutions*. John McHugh (trsl.). London: Longman & Todd, 1976.

⁸⁷ SELMAN, Customs, 1980, p. 100.

⁸⁸ SELMAN, Customs, 1980, p. 100.

que ligações históricas e linguísticas são inegáveis e que o conhecimento dos israelitas da cultura e literatura do antigo Oriente Próximo é demonstrado nos registros bíblicos e do material arqueológico.

Tal reflexão implica que o pensamento israelita (exposto em nosso caso nas narrativas patriarco-matriarcais) não pode ser estudado isolado do seu contexto cultural do antigo Oriente Próximo.

As similaridades que existem podem ser muito instrutivas e não devem ser ignoradas. A literatura do antigo Oriente Próximo tem a premissa de ensinar-nos sobre a cosmovisão geral dos tempos bíblicos.

1.3. Os Hurritas- estudo sócio-político-religioso

Os hurritas apareceram pela primeira vez nos registros escritos da Mesopotâmia durante os dois últimos séculos do terceiro milênio a.C. Até a metade da década de 20, muito pouco era sabido sobre esta etnia além da alusão bíblica aos horeus.⁸⁹ Contudo, agora se crê que eles e outro grupo denominado de Subários foram um componente importante da população da Mesopotâmia durante o final do terceiro e início do segundo milênio a.C.⁹⁰

Harry Hoffner⁹¹ pressupõe que se de fato a capital do Império Mitanni, a cidade de Wassukanni, foi encontrada e escavada, temos a cultura hurrita em sua forma mais pura.

A história hurrita é reconstruída com base em dados onomásticos. A concepção é formada nos termos de onde os nomes hurritas são encontrados, pode-se identificar sua presença. Pfeifer⁹² indica que o mais recente registro de tais nomes encontra-se em um tablete dedicatório de Samarra, o qual data de antes da dinastia de Ur III (c. 2150 a.C.).⁹³

Os hurritas eram não-semitas os quais, antes do começo do segundo milênio a.C., migraram para região nordeste da Mesopotâmia. Sua terra natal era a região sul do Caucasus; eles aparecem pela primeira vez nas páginas da história cerca de 2400 a.C. na região da cordilheira de Zagros, a leste do Rio Tigre. Após a vitória dos Gutis sobre os

⁸⁹ PFEIFFER, Nuzi, 1966, p. 295.

⁹⁰ HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 222.

⁹¹ HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 222.

⁹² PFEIFFER, Nuzi, 1966, p. 295.

⁹³ Vide ANET, p. 523-8.

últimos reis de Acade,⁹⁴ os hurritas parecem ter inundado o lado setentrional da Mesopotâmia, especialmente a terra a leste do Tigre.⁹⁵

As excavações em Mari, no médio Eufrates, cerca de sete milhas ao norte de Abou Kemal, empreendidas desde 1933 pelo Museu do Louvre, descobriram um número extenso de tablets hurritas. A esta fase inicial da literatura hurrita, cerca de 2400 a 1800 a.C., pertencem alguns dos textos religiosos encontrados na antiga capital hitita de Hattushash,⁹⁶ na Ásia Menor.⁹⁷

Duas inscrições são importantes neste testemunho: a inscrição do leão fundacional de Tisatal de Urkis e o próprio tablete dedicatório de Arisen, príncipe de Urkis.⁹⁸

Encontramos uma citação da cidade Urkis no Cântico de Ullikummi: “Quando Kumarbis pensou sábios pensamentos em sua mente (lit.), instantaneamente levantou-se de sua cadeira. Tomou suas coisas em suas mãos, pôs calçados velozes em seus pés. Publicou de Urkis, sua cidade...”⁹⁹

Nomes hurritas foram encontrados em documentos de Alalakh¹⁰⁰ no oeste, em Chagar Bazar no norte e Dilbat no sul¹⁰¹, datados do período dos quatro últimos reis da dinastia de Hammurabi (c. 1750-1595 a.C.).¹⁰²

Por volta de 1635 a.C., no meio do reinado de Hattushilis I, encontramos a primeira incursão militar registrada na história. John Bright diz que “antes da metade do décimo sexto século, existia um reino poderoso na parte leste e central da Ásia

⁹⁴ BRIGHT, John. *História de Israel*. Euclides Carneiro da Silva (trad.). São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p. 43.

⁹⁵ Vide UNGER, Discoveries, 1955, p. 55.

⁹⁶ Cf. ANET, p. 205-6.

⁹⁷ Vide UNGER, Discoveries, 1955, p. 56.

⁹⁸ HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 222.

⁹⁹ Vide ANET, p. 121, 1-a.

¹⁰⁰ Cf. ANET, p. 531-2.

¹⁰¹ ANET, p. 165, parágrafo 10.

Menor, porque encontramos o sucessor de Labarnas, Hattusilis I, fazendo incursões para o sul contra a Síria ... e atacando Yamkhad (Aleppo).”¹⁰³

Entre o reinado de Telepinu (c.1525-1500 a.C.) e o de Zidanza II (c. 1480-1470 a.C.) ocorreu uma mudança em Kuzzuwatna que levou os hurritas ao poder.

Por volta da mesma época está em cena a dinastia dos reis mitânicos, que reinaram ininterruptamente em Wassukanni na Alta Mesopotâmia até cerca de 1370 a.C., quando o imperador Suppiluliuma I destruiu o Império de Mitanni e instituiu Kurtiwaza como governante.

As cartas de Amarna demonstram o pedido de ajuda da parte de Tushratta ao Egito, contudo, em vão. Tushratta não só perdeu o trono como, também, a vida.¹⁰⁴

Em termos religiosos, os hurritas eram politeístas. William Foxwell Albright¹⁰⁵ informa-nos que estes possuíam “um panteão definido, que naturalmente variava de distrito a distrito e de período a período, mas que era surpreendentemente estável.”

A exemplo deste fato, encontramos no tempo de Hammurabi (c. 1700 a.C.) um panteão de deuses organizado de tal forma que este sofreu pequenas alterações durante um milênio e meio.¹⁰⁶

Thorkild Jacobsen¹⁰⁷ analisa o correlato panteão sumeriano, sob o crivo da visão de Rudolf Otto da experiência do *numinoso*, estabelecendo a interrelação entre o *majestas* e a adoração de animais e corpos celestes; um traço comum entre as diversas culturas antigas - o que denomina Jacobsen de “intransitividade” - em suas palavras, “este fato é encontrado tipicamente no panteão mesopotâmico como Nissaba, a deusa

¹⁰² Vide HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 223.

¹⁰³ BRIGHT, *História*, 1985, p. 79.

¹⁰⁴ BRIGHT, *História*, 1985, p. 141-2.

¹⁰⁵ ALBRIGHT, William Foxwell. *History of Archaeology and Christian Humanism*. London: McGraw-Hill Book Company, 1964, p. 145.

¹⁰⁶ ALBRIGHT, Humanism, 1964, p. 145.

¹⁰⁷ JACOBSEN, Thorkild. Formative Tendencies in Sumerian Religion. In: WRIGHT, G. Ernest (ed.). *The Bible and Ancient Near East*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1961, p. 267 ss.

dos juncos; Sumukan, deus da vida selvagem no deserto; Nintu, deusa do nascimento; Ninkasi, deusa da cerveja e muitos outros.”¹⁰⁸

Samuel Noah Kramer¹⁰⁹ conduz-nos a perceber a interação proposta por Jacobsen através da difusão da literatura escrita por meio dos Sumérios. Kramer diz que a literatura suméria era “variada, extensa, e honrada em seu tempo...” e “deixou uma profunda impressão em todo Oriente Próximo Antigo. Particularmente, desde um período de tempo a outro em praticamente todos os povos da Ásia Ocidental - acadianos, assírios, babilônios, hititas, hurritas, cananitas e elamitas ...”¹¹⁰, incluindo nesta interação a literatura e conteúdo religiosos.

W.G. Lambert ¹¹¹, por sua vez, vê esta dimensão do trânsito religioso no Antigo Oriente observando que paralelos de cunho religioso são encontrados entre “cananitas, egípcios antigos, hurritas, hititas e gregos. Quando tais paralelos são encontrados, a questão da dependência, se houver alguma, deve ser abordada com a mente aberta.”¹¹²

A adoração de deuses e deusas, por conseguinte, era comum inclusive para referendar e legitimar alianças, contratos e negócios. Jurar pelos deuses implicava uma grande responsabilidade, em morte, se fosse constatada fraude ou mentira em tais casos.

Encontramos uma lista de bênçãos e maldições dos deuses em um tratado entre Suppiliuma e Kurtiwaza, onde são citados uma enormidade de divindades como segurança de referendo do acordo entre eles.¹¹³ Em um tablete procedente de Nuzi,

¹⁰⁸ JACOBSEN, Tendencies, 1961, p. 268.

¹⁰⁹ KRAMER, Samuel Noah. Sumerian Literature and the Bible. In: TOLLERS, Vincent L.; MAIER, John R. (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu- Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979.

¹¹⁰ KRAMER, Sumerian, 1979, p. 275-6.

¹¹¹ LAMBERT, W. G. A New Look at the Babylonian Background of Genesis. In: TOLLERS, Vincent L.; MAIER, John R. (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu- Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979.

¹¹² LAMBERT, Babylonian, 1979, p. 286.

¹¹³ Vide ANET, p. 205-6.

sobre um caso de litígio referente a uma escrava desposada, depois de narrados os fatos se diz: “Vá e tome o juramento dos deuses mediante as testemunhas de Tarmiya.”¹¹⁴

Percebendo a importância da cultura hurrita e seu papel dentro do Antigo Oriente, E. A. Speiser¹¹⁵ sugere que os hurritas exerceram o papel de intermediários na transferência cultural da Mesopotâmia para a Palestina. Mesmo que os especialistas não tenham aderido a sua teoria, resta-nos perceber que a cultura Hurrita foi proeminente e de grande contribuição sócio-político-religiosa em seu tempo e lugar.

1.3.1. Os Hurritas na Bíblia Hebraica

No Antigo Testamento há dois termos étnicos através dos quais pode se identificar os hurritas: horeus (horitas) e heveus.¹¹⁶

Allen P. Ross¹¹⁷ estudando a chamada Tábula das Nações, em Gênesis, capítulo 10, observa que o termo heveu é usado de forma pejorativa e ideologicamente. “Muito pouco é conhecido sobre girgasitas e heveus. Eles são mencionados somente em listas clichês relativas aos cananitas em Edom, Siquém e Gibeon...”

Norman K. Gottwald¹¹⁸ fala da falta de normatização no registro dos povos no Antigo Testamento. Gottwald afirma que

a forma habitual mais completa desta ‘lista de povos’ (muitas vezes abreviada), inclui cananeus, amorreus, jebuseus, heveus, hititas, gergeseus e fereseus. Os sete termos não aparecem em qualquer ordem invariável, é por

¹¹⁴ ANET, p. 220.

¹¹⁵ Vide SPEISER, E. A. *Oriental and Biblical Studies: Collect Writings of E. A. Speiser*. FINKELSTEIN, J. GREENBERG, Moshe (eds.). Philadelphia: 1967, p. 266-7.

¹¹⁶ GRAY, John. *Archaeology and the Old Testament World*. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962, p. 87.

¹¹⁷ ROSS, Allen P. Studies in the Book of Genesis- Part 3: The Table of Nations in Genesis 10—Its Content. *Bibliotheca Sacra*, v. 138, n. 549, 1981, p. 28.

¹¹⁸ GOTTWALD, Norman K. *As Tribos de YAHWEH: Uma Sociologia da Religião do Israel Libertado 1250-1050 a.C.* Pe. Anacleto Alvarez (trad.). São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 505-6.

isso que os inclui na lista um tanto arbitrariamente segundo seus relevos nos relatos bíblicos... Os heveus /são os habitantes do/ Benjamin ocidental, em Siquém e nas orlas setentrionais da terra, admite-se, em geral, serem hurritas, tendo sido o nome trocado no hebraico para evitar confusão com os horreus (habitantes das cavernas?), os habitantes originais de Edom.

Entrementes, E.A. Speiser¹¹⁹ reserva para si o crédito por ter percebido que a leitura da LXX (Septuaginta) “Horeu”, em passagens como as de Gn 36,2 e Js 9,7, para o termo Heveu no TM (Texto Massorético), consiste em uma confusão das letras hebraicas w (vav ou waw) e r (resh) e que provavelmente tenha sugerido os Heveus como uma etnia separada.

O texto de Josué 9 narra que, retornando de Guilgal, os israelitas receberam uma inesperada oferta de paz por parte de um significativo grupo da Palestina central. De acordo com Leon Wood¹²⁰ “estes são denominados Heveus, representando quatro das maiores cidades, localizadas, em termos gerais, poucas milhas a noroeste de Jerusalém: Gibeon, Cefira, Beerote e Quiriate-Jearim, às vezes denominada de tetrápolis gibeonita.”¹²¹

Além destes nomes citados, temos os jebuseus- estes são associados com a Jerusalém pré-Israelita, a qual foi governada por uma dinastia hurrita denominada “Servos de Hepa”, durante a Era de Amarna.¹²²

Em 2 Sm 24,16 o governante jebuseu de Jerusalém nos tempos de Davi é denominado de Arauna. De acordo com Harry Hoffner¹²³ o relato paralelo de 1 Cr 21,14-30, bem como a tradução da LXX de ambos os registros, sugerem que houve uma inversão de consoantes no texto 2 Sm 24 do nome (talvez um título) הַנְּרֹחַ (’wrnh) ao

¹¹⁹ Apud HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 225.

¹²⁰ WOOD, Leon. A Survey of Israel’s History. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1970, p. 178-9.

¹²¹ Ver também BEWER, Julius A. *The Literature of Old Testament*. New York: Columbia University Press, 1962, p. 136-7.

invés de hnwrā ('rwnh). “O nome deste jebuseu era a palavra hurrita *ewri-ne*, ‘o senhor’. O mesmo nome (transcrito (h)nrwā) ocorre em um texto de Ugarit.”¹²⁴

Roland De Vaux¹²⁵ observa que os siquemitas, citados em Gn 34 especialmente o verso 2, eram heveus ou horeus de acordo com a LXX. G. E. Wright¹²⁶ indica a importância religiosa deste local através da descoberta feita em 1957, pela expedição Drew-McComick, de uma fortificação-templo que data do MB II (Médio Bronze II, c. 1900 a 1750/1700 a.C.). Bruce Vawter¹²⁷ indica esta localidade horita dentro da tradição cültica de Jacó, seguindo a premissa de Hermann Gunkel de que nesta localidade havia “frequente evocação do sagrado.”

Se considerarmos como correta esta observação, temos um importante ponto de contato com os hurritas em Gn 12 onde, conforme o texto, Abraão edifica um altar a YHWH em Siquém. Dá-nos a impressão de uma demarcação da terra prometida por YHWH em termos religiosos através da construção de altares por Abraão ao “norte em Siquém, no centro da região entre Betel e Ai, seguindo para o sul até Hebron onde será seu lar.”¹²⁸

K. A. Deurloo¹²⁹ examina a função dos itinerários e outras referências geográficas nas narrativas de Gn 11-24. Ele sugere que os itinerários demonstram quem os israelitas eram dentre as nações circunvizinhas, o que afere a um contato específico, apesar de não precisar a extensão destes encontros transculturais. Neste particular,

¹²² Cf. HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 225.

¹²³ HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 225.

¹²⁴ HOFFNER, Hurrians, 1973, p. 225.

¹²⁵ DE VAUX, Ancient Israel, 1976, p. 47.

¹²⁶ WRIGHT, G.E. Archaeology of Palestine. In: WRIGHT, G.E. (ed.). *The Bible and the Ancient Near East: Essays in Honor of William Foxwell Albright*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1961, p. 90.

¹²⁷ VAWTER, Bruce. Response to Arvid S. Kapelrud's The Role of the Cult in Old Israel. In: HYATT, J. Philip (ed.). *The Bible in Modern Scholarship*. New York: Abingdon Press, 1965, p. 58.

¹²⁸ GOLDINGAY, John. Patriarchs in Scripture and History. In: MILLARD, A.R.; WISEMAN, D. J. (eds.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p. 12.

¹²⁹ DEURLOO, K. A. Narrative Geography in Abraham Cicle. *Oudtestament Studiën*, n. 26, 1990, p. 48-62.

interessa-nos a abordagem de Deurloo referente aos altares (à medida que estes nos ligam ao povo hurrita e ao mesmo tempo outras nações do Antigo Oriente), onde assevera que os registros geográficos nas narrativas exercem um importante papel no duplo sentido de iluminar os temas majoritários das histórias e de gerar uma unidade na relação entre os três patriarcas bíblicos.

Apesar de termos registrada a presença hurrita através de citações veterotestamentárias, cabe-nos a indagação: Como analisar esta base onomástica? Qual sua real influência (se houver) sobre o *mores* patriarco-matriarcal?

Ao fazer tais indagações precisa-se estabelecer critérios sob os quais iremos discutir e/ou buscar respostas a elas. K.A. Kitchen¹³⁰ nos sugere alguns pontos de importância neste sentido.

De antemão deve ser ressaltado que o Antigo Oriente é o mundo do Antigo Testamento, e estritamente falando o Antigo Testamento é uma parte integrante do seu *milieu* oriental antigo.

Othmar Keel diz, em sua análise sobre a confluência dos valores culturais do antigo Oriente Médio e a correlação com os registros da Bíblia Hebraica, que “parece que não há mais livro ou tema bíblico para os quais se citam, com mais ou menos razão, paralelos ou precursores do antigo Egito ou do antigo Oriente.”¹³¹

Desta forma, a questão dos elementos contidos nos registros bíblicos deve ser avaliada num pressuposto de inclusividade no *milieu* oriental antigo.

Passemos, então, aos preceitos fundamentais de análise da questão posta.

i. *A Importância Primária dos Fatos* - significa que importância deve ser sempre concedida aos dados tangíveis e objetivos, bem como à evidência externa, em

¹³⁰ KITCHEN, K. A. *Ancient Orient and Old Testament*. London: The Tyndale Press, 1966, p. 28ss.

¹³¹ KEEL, Othmar. Do Meio das Nações- A Bíblia Como Porta de Entrada de Culturas Antigas do Oriente Próximo. *Concilium*, n. 1, vol. 257, 1995, p. 13.

detrimento de teorias subjetivas ou opiniões especulativas. Os fatos devem controlar a teoria e não vice-versa.¹³²

ii. *Uma Atitude Positiva Com Respeito ao Material Fonte* - a prática comum e normal é a de assumir a confiabilidade geral das assertivas nas fontes adotadas, a não ser que haja uma boa e explícita evidência que prove o contrário. Questões como suspeição, origens secundárias, desonestidade de algum escritor ou abordagens tendenciosas devem ser provadas por um agrupamento de evidências plausíveis, e não meramente por inferência com o fim de manter uma certa teoria.¹³³

iii. *A Natureza Inconclusiva da Evidência Negativa* - se alguma pessoa, evento e questões similares são citados somente em textos de datação posterior, “a ausência de algum documento diretamente contemporâneo referente a tal pessoa ou evento não é *em si mesma* uma razão válida ou suficiente para se duvidar da historicidade de uma pessoa ou evento.”¹³⁴

Sempre é pertinente lembrar que a ausência de evidências neste campo de estudos reflete, com muita frequência, grandes hiatos contidos em nosso conhecimento presente.

iv. *Uma Abordagem Apropriada Concernente a Aparentes Discrepâncias* - deve ser observada a harmonia última que sustenta os registros preservados, mesmo a despeito de aparentes discrepâncias.

Devemos levar em consideração que nossas fontes existentes concernentes a todos os períodos da história antiga são incompletas e elípticas ao mesmo tempo.¹³⁵

Positivamente, as discrepâncias servem como advertência no sentido de ao se buscar obter um quadro completo do estudo em questão, devemos pesar e considerar

¹³² KITCHEN, Orient, 1966, p. 29.

¹³³ KITCHEN, Orient, 1966, p. 29.

¹³⁴ KITCHEN, Orient, 1966, p. 30. Itálico do autor.

todas as fontes relevantes, concedendo espaço para detectar perda de material ou fatores com adulteração interpretativa.¹³⁶

CAPÍTULO 2 - CULTURA E LEI - UMA ANÁLISE CONCEITUAL

No capítulo 1 percebemos que o estudo da questão Nuzi e os patriarcas e matriarcas bíblicos traz consigo os quesitos cultural e legal. Para que entendamos o pano-de-fundo contido nos textos bíblicos é importante aludir, ainda que seja de modo sucinto, àqueles pontos que abordem os elementos fundamentais sobre cultura e lei.

Não pretendemos dar um conceito sobre lei e cultura, no sentido da extensão dos termos, mas, levantar pontos que nos ajudem a entender a correlação leis e costumes da cultura de Nuzi e a forma vivencial dos patriarcas e matriarcas bíblicos.

¹³⁵ Cf. KITCHEN, Orient, 1966, p. 33.

¹³⁶ KITCHEN, Orient, 1966, p. 33-4 faz uma série de considerações nas listas de reis assírios e sumerianos à guisa de exemplo do tópico discrepância.

Começemos, então, com a idéia sobre cultura.

2.1. Um Breve Conceito Sobre Cultura

Para discutirmos a concepção de uma cultura antiga e suas peculiaridades é necessário que apresentemos, de forma sucinta, uma análise sobre o conceito de cultura.

O termo cultura procede de uma concepção romana. Vindo do verbo latino *colere* significa “cultivar”, “habitar”, “tomar conta”, “criar” e “preservar”.¹³⁷

Hannah Arendt¹³⁸ observa que esta palavra significa “uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem.”

Devemos entender, contudo, que o tema cultura é complexo e deve ser abordado dentro da perspectiva da multiplicidade e riqueza da humanidade em sua forma de existência.¹³⁹

O sentido cultural é ao mesmo tempo universal e particular, isto é, deve ser abordado dentro do preceito de humanidade como um todo, bem como dentro da dinâmica particular de cada povo ou etnia. De acordo com José Luiz dos Santos é fundamental entender os “sentidos” que uma realidade cultural faz para aqueles que a vivem.¹⁴⁰

Por entender que cada realidade cultural tem uma lógica interna, precisamos entendê-la para o devido tratamento das questões que subjazem a determinado grupo. Este fato é importante para o combate ao preconceito e ao mesmo tempo oferece “uma

¹³⁷ FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. *Notas Sobre o Conceito Antropológico de Cultura*. Apostila apresentada no curso de Cultura e Sistemas Simbólicos, UCG, Março de 2001, p.1.

¹³⁸ ARENDT, Hannah. A Crise na Cultura: sua importância Social e política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p. 251.

¹³⁹ SANTOS, José Luiz dos. *O Que é Cultura*. 5ª impressão. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 7.

¹⁴⁰ SANTOS, Cultura, 1999, p. 8.

plataforma firme” para o “respeito e a dignidade dos *todos* sociais a que fazemos parte.”¹⁴¹

Cultura tem múltiplos sentidos. Mesmo com as preocupações em estudar as sociedades modernas e as antigas não se chegou a uma definição satisfatória do que seja cultura. Porém, alguns sentidos foram dados ao termo cultura:

a) Cultura foi entendida como educação escolar;

b) como manifestações artísticas;

c) como festas e cerimônias tradicionais, lendas, crenças de um povo, seu modo de vestir, sua comida, seu idioma.¹⁴²

Contudo, tais elaborações não respondem aos motivos de tanta variação de modo que localizemos as idéias e temas principais sobre os quais elas se sustentam.

Vizualiza-se, por se dizer, duas concepções básicas de cultura. A primeira diz respeito a todos os aspectos de uma realidade social. A segunda refere-se mais ao conhecimento, às idéias e crenças, bem como às maneiras como eles existem na vida social.¹⁴³

A cultura é o modo de relacionamento do ser humano com as coisas do mundo. Assim, François La Plantine¹⁴⁴, apesar de concordar com a necessidade de se observar a sociedade a partir do externo, insiste em frisar o que denomina de “estranhamento” (*depayement*) - “a perplexidade provocada por encontro de culturas que são para nós as mais distantes.” O ponto focal desloca-se do externo para o interno, quando se percebe a miopia cultural com relação àquela que lhe é própria. Este fato traduz-se pela experiência da alteridade, permitindo ver aquilo que não conseguiríamos nem imaginar.

¹⁴¹ SANTOS, Cultura, 1999, p. 9. Grifo meu.

¹⁴² SANTOS, Cultura, 1999, p. 22.

¹⁴³ SANTOS, Cultura, 1999, p. 25.

¹⁴⁴ LA PLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 21.

Talvez possamos demonstrar esta idéia através do enunciado do próprio La Plantine: “o conhecimento de nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento de outras culturas; devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.”¹⁴⁵

Temos, por conseguinte, o entendimento do que caracteriza a unidade do ser humano “como a sua capacidade para inventar modos de vida e formas de organização social e, ao mesmo tempo, a capacidade de se diferenciar um do outro, a sua aptidão à variação cultural.”¹⁴⁶

Neste ponto, contudo, precisamos receber o alerta de Clifford Geertz no que tange à questão cultura e religião. Geertz observa: “É claro que nem todas realizações culturais são realizações religiosas e a linha entre as que o são e as realizações artísticas, ou até mesmo políticas, não é muito fácil de demarcar na prática, pois, como as formas sociais, as formas simbólicas podem servir a múltiplos propósitos.”¹⁴⁷

Por outro lado, A. L. Kroeber chama a atenção para o fato de que “os valores são inerentes à cultura. Os artigos culturais podem ser neutros ou indiferentes, a nível de valor, mas os padrões parecem implicar normalmente valores.”¹⁴⁸

Se temos tais perspectivas, estudar leis e costumes de um povo implica em revolver parte de seu todo cultural. Seria impossível, buscar entendimento sobre os povos antigos, bíblicos ou não, sem observar os aspectos valorativo e simbólico revelados no âmbito religioso, político e social expressos nos documentos preservados (valores) e registrados (simbolizados) em arquivos.

¹⁴⁵ LA PLANTINE, Aprender, 1989, p. 21.

¹⁴⁶ LA PLANTINE, Aprender, 1989, p. 22.

¹⁴⁷ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 129-30.

¹⁴⁸ KROEBER, A. L. *A Natureza da Cultura*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 161.

Este processo traz o passado longínquo para o dia de ontem; terras do Oriente Próximo Antigo, para um bairro da cidade em que vivemos.

Podemos verificar, por conseguinte, que a cultura é dinâmica.

Sob este conceito temático-cultural, portanto, estaremos analisando as Leis e Costumes da Cultura de Nuzi, no ímpeto de encontrar uma correlação entre os registros encontrados em Nuzi e aqueles preservados nos textos narrativos patriarco-matriarcais da Bíblia Hebraica.

Passemos à análise sobre lei.

2.2. Lei no Antigo Oriente e na Bíblia Hebraica

O estudo sobre Lei é tanto quanto extenso, por isso limitar-nos-emos à questão de um substrato legal dentro de um sistema cultural específico, no caso de Nuzi.

Algumas diretrizes são importantes neste pormenor. No dicionário da língua portuguesa encontramos a seguinte definição sobre lei: “1.Preceito que emana do poder legislativo ou de autoridade competente, que regula os direitos e deveres dos cidadãos; 2. relação constante entre um fenômeno e suas causas; 3.obrigação imposta; 4. norma, regra, preceito; 5. religião fundada sobre um livro.”¹⁴⁹

Apesar do conceito atual sobre lei devemos compreender o fundamento dos estatutos legais da antiguidade, especialmente dentro do antigo Oriente Médio.

H.-H. Esser postula que na antiguidade não se distinguia entre o significado jurídico, ético e religioso da lei, pois cria-se que todos os bens vinham das divindades,

¹⁴⁹ RIOS, Dervival Ribeiro. Lei. In: *Novo Minidicionário - Língua Portuguesa: noções básicas de redação*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2001, p. 352.

que sustentavam a ordem no universo e no relacionamento entre os homens. Vem daí, a concepção universal de que lei liga-se ao divino.¹⁵⁰

Frank Crüseman, porém, analisa a questão sob outra ótica. Diz Crüseman

*Por um lado, estes textos (do Antigo Oriente) evidenciam uma correspondência por vezes até literal com leis isoladas do Antigo Testamento. Hoje se torna cada vez mais evidente que há relações muito estreitas no que se refere aos traços fundamentais do pensamento jurídico, na sistemática jurídica e na codificação legal. Por outro lado, porém, em sentido restrito, estes códigos são seculares, de modo que neles se pressupõe uma distinção entre normas legais, religiosas e ético-morais. Os códigos de leis do Antigo Oriente não são direito divino e, como é óbvio, não contêm nenhuma norma ético-moral, como podem ser encontradas, por exemplo, em coleções de sentenças sapienciais. Eles se referem a eventos religiosos, sobretudo em relação com instituições legais como o ordálio e o juramento, mas nunca encontramos neles qualquer determinação sobre temas como construção de altar, oferta de sacrifícios, tributos cultuais, regras sobre sacerdotes. Estes documentos obviamente não contêm fundamentações teológicas ou determinações constitucionais sobre a investidura de reis ou sobre os limites do poder destes.*¹⁵¹

Na Bíblia, o termo Torah (normalmente traduzido por lei) tem muitos significados e conotações no contexto da Bíblia Hebraica. Este pode referir-se aos cinco primeiros livros da Bíblia, uma perspectiva encontrada na visão judaica da Tanak¹⁵². Tal noção pode ter uma concepção mais abrangente. Para a tradição judaica, Torah designa a revelação de Deus. Como revelação da vontade de Deus dada à humanidade para o

¹⁵⁰ Cf. ESSER, H.-H. *nomos*. In: BROWN, Colin (ed.). *O Novo Dicionário de Teologia do Novo Testamento*, Vol. III: L-Q. São Paulo: Edições Vida Nova, 1983, p.35.

¹⁵¹ CRÜSEMAN, Frank. *A Torá: Teologia e História Social da Lei no Antigo Testamento*. Haroldo Reimer (trad.). Petrópolis: Vozes, 2002, p. 24-5. A inserção no parêntese é minha.

¹⁵² Tanak é uma sigla usada pelos judeus para designar as divisões principais da Bíblia Hebraica, a saber, *Torah, Nebiim e ketubim*.

seu benefício, o termo significa instrução, denotando assim a idéia relativa aos ensinamentos da Bíblia.¹⁵³

Mesmo a concepção de Torah deve ser vista com muito critério, pois não significa lei no sentido que o aplicamos modernamente. Via-se, por conseguinte, como uma norma eterna, provinda de YHWH.¹⁵⁴

Originalmente, Torah (singular) significava uma instrução vinda da parte de Deus, um mandamento para determinada situação. O plural indica que tais instruções são concretas e válidas (cf Ex 16,28). Profetas e sacerdotes também estabeleciam normas para determinadas situações (Mq 4,2; Jr 6,19) ou um juiz (Dt 17,9 e 11-12).¹⁵⁵

Frank Crüseman evidencia, então, o que denomina a “amplitude surpreendente da Torá”¹⁵⁶ indicando os seus quesitos jurídicos, morais, culturais, teológicos e históricos.¹⁵⁷ Esta questão torna-se clara através do estudo comparativo do complexo legal encontrado no Antigo Oriente à luz das descobertas arqueológicas.

Devemos perceber que a Torah tem seus vínculos culturais com Antigo Oriente Próximo. Isto indica sua inserção num *corpus* legal e nos leva a comparar suas similaridades e dissimilaridades com os substratos de leis dos povos da antiguidade oriental.

J. Alberto Soggin expressa esta idéia dizendo que “nos é obvio a existência dos muitos paralelos entre a lei israelita e aquelas do antigo Oriente Próximo. Mais do que indicá-los, parece-nos melhor ressaltar as diferenças entre a lei israelita e as do Oriente Próximo, buscando onde é possível elucidar as razões para estas.”¹⁵⁸

¹⁵³ Cf. BANDSTRA, Barry L. *Reading the Old Testament: An Introduction to the Hebrew Bible*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1995, p. 24.

¹⁵⁴ Vide a discussão sobre este conceito em CRÜSEMAN, Torá, p. 14ss.

¹⁵⁵ ESSER, νόμος, p.36.

¹⁵⁶ CRÜSEMAN, Torá, p. 23.

¹⁵⁷ CRÜSEMAN, Torá, p. 23.

¹⁵⁸ SOGGIN, J. Alberto. *Introduction to the Old Testament: From Its Origin to the Closing of the Alexandrian Canon*. Philadelphia: The Westminster Press, 1976, p.157.

Roland De Vaux entende esta questão co-interativa das leis no antigo Oriente, de um modo particular referente ao contexto bíblico, não como importe ou empréstimo de uma cultura para outra. Ele diz, porém, “que as conexões muito estreitas e ainda a ocasional identidade de expressão que encontramos entre a lei israelita e o Código de Hammurabi, a coleção assíria ou as leis hititas, não é para ser explicada por um empréstimo direto, mas, pela influência de uma simples difusão de uma lei costumeira.”¹⁵⁹

Não cabe ao presente estudo, contudo, a apresentação de comparações exaustivas sobre diferenças e similaridades entre as leis contidas na Bíblia Hebraica, especialmente no Pentateuco, e as do Oriente Próximo Antigo.¹⁶⁰

Estudiosos como William Foxwel Albright¹⁶¹, Roland de Vaux¹⁶², G. Frederick Owen¹⁶³, em suas respectivas obras, versam sobre o caráter singular e distintivo da Torah em seu elevado conteúdo ético-moral diante das leis apresentadas por outras nações do Antigo Oriente.

John Walton assevera, mediante o quadro comparativo encontrado no Antigo Oriente, que o material legal do Pentateuco é apresentado através de compilações distintas, a saber:

1. Código da Aliança- Êxodo 20, 22-23,19.
2. Decálogo - Êxodo 20, 2-17; Deuterônômio 5, 6-21.
3. Decálogo Ritual- Êxodo 34,14-26.

¹⁵⁹ DE VAUX, *Ancient Israel*, p. 146.

¹⁶⁰ Além do material encontrado em ANET, podem ser observados vários registros de leis do Antigo Oriente Próximo em BRIEND, J., LEBRUN, R.; PUECH, E. *Tratados e Juramentos no Antigo Oriente Próximo*. José Maria da Costa Vilar (trad.). São Paulo: Paulus, 1998. Ainda MATTHEWS e BENJAMIN, *Parallels*, 1991.

¹⁶¹ ALBRIGHT, William Foxwell. *The Antiquity of Mosaic Law*. In: MAIER, John; TOLLERS, Vincent (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu: Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 148-55.

¹⁶² DE VAUX, *Ancient Israel*, 1976, p. 147 ss.

¹⁶³ OWEN, G. Frederick. *Archaeology and the Bible*. Westwood: Fleming H. Revell Company, MCMLXI, p. 171.

4. Lei Deuteronomica- Deuteronomio 12-26.

5. Código de Santidade- Levítico 17-25.

6. Procedimentos Sacerdotais- Levítico 1-7; 11-16.¹⁶⁴

Muitas leis encontradas no Antigo Testamento, por conseguinte, refletem um corpus culturalmente específico. Tais leis demonstram uma complexidade de fatos que regulam as instituições e costumes, incluindo regras governamentais, a saber:

1) O estilo de escravidão encontrado no Oriente Antigo (Ex 20,8-10; 21,1-11 e 20-21; Lv 25,8,17, 39-55);

2) poligamia e o costume do casamento levirático (Dt 17,17; 21,15-17);

3) o preço da noiva (*mohar*, Ex 22,16-17);

4) concubinato (Lv 19,20);

5) a instituição do *go'el* (Lv 25,25-49);

6) a prática de se dar a vestimenta como garantia (Ex 22,26; Dt 24,10-13);

7) a instituição da porção do pobre deixada na colheita (Lv 19,19; Dt 24,21);

8) o costume do voto ao se invocar uma divindade (Lv 5,4; 19,12);

9) o estilo de propriedades hereditárias praticadas no Oriente Médio Antigo (Dt 17,14-20);

10) práticas de cerco contra uma cidade (ecologia) (Dt 20,10-15 e 19-20).¹⁶⁵

Gostaríamos de apresentar um sumário comparativo entre as leis bíblicas e mesopotâmicas, ressaltando as similaridades e diferenças básicas.

Sumário Comparativo das Leis Bíblicas e Mesopotâmicas¹⁶⁶

¹⁶⁴ WALTON, Literature, 1990, p. 74.

¹⁶⁵ Cf. DORSEY, David A. The Law of Moses and the Christian: A Compromise. *Journal of the Evangelical Theological Society*, n.3, v. 34, 1991, p. 327. Onde apresenta uma discussão mais ampla deste ponto dentro do contexto do Antigo Oriente.

¹⁶⁶ Somos devedores a WALTON, Literature, 1990, p. 91 com respeito ao gráfico citado.

SIMILARIDADES		DIFERENÇAS	
Conteúdo	leis civis e criminais estão contidas em ambas	<i>Bíblica</i>	<i>Mesopotâmica</i>
	ambas cobrem tópicos similares usando léxico similar	<p> muito leve acerca das leis civis, pesada ênfase nas leis religiosas</p> <p> penalidades mostram elementos diferentes em uma mesma matéria, mesmo quando a formulação do problema é a mesma</p>	<p> nenhuma lei religiosa, foco na lei civil</p>
	Forma	formulações casuísticas	base apodítica para forma casuística
Função	ambas servem à função admonitória ambas procuram demonstrar vínculos a obrigações contratuais	o objetivo é moral	a justiça é o alvo
		mais prescritiva	mais descritiva
		vínculo à aliança	relativo à ordem cósmica
		Deus revela	deuses monitoram
		Preserva santidade	

Compreendendo, portanto, a premissa de que temos uma interação cultural e legal no Antigo Oriente, e que Antigo Testamento é parte deste legado do mundo oriental antigo e que reflete em suas páginas o *modus vivendi e operandi* daquela época, elencaremos, dentre os achados de Kirkuk, aquelas leis que possivelmente possam elucidar o complexo material narrativo tradicional dos patriarcas e matriarcas bíblicos.

2.3. Leis de Nuzi

Adentrar ao sistema de leis descobertos em Nuzi implica em selecionar episódios relativos à questão patriarco-matriarcal.

Convém lembrar, outrossim, o pano-de-fundo cultural hurrita. C. J. Wulfo Weir indica que cerca de 4.000 tabletes cuneiformes, escritos em acadiano influenciados por

vocabulário e expressões hurritas, juntamente com alguns similares de Arrapha, são de importância para o estudo do Antigo Testamento por preservar em seu conteúdo material de cunho administrativo, arquivos familiares de caráter jurídico, além de elucidar situações e costumes sociais do Antigo Oriente.¹⁶⁷

Apesar da certeza sobre a contribuição de Nuzi para a interpretação do pano-de-fundo patriarco-matriarcal da parte de autores como Cyrus Gordon¹⁶⁸ e E.A. Speiser¹⁶⁹, os questionamentos de Thompson¹⁷⁰ e Van Seters¹⁷¹ alcançaram a voz de M. J. Selman¹⁷² em sua argumentação crítica sobre a unanimidade da validade comparativa dos tabletes mitânicos, propondo o que denomina de “a construção de um novo consenso.”¹⁷³

Nossa abordagem destes substratos legais se dará em primeira instância de maneira informativa e, em segunda etapa, faremos uma análise crítica do material apresentado.

Ademais, uma compreensão dos limites de uma interpretação cultural será muito salutar em nossa tarefa. J. Robertson McQuilkin nos apresenta esta questão de forma esclarecedora:

*O conhecimento de outros elementos de uma cultura é necessário para entender o significado das palavras que elas mesmas trazem em si. É impossível interpretar o significado das palavras, então, à parte do contexto cultural no qual elas são ditas. Determinar o significado pretendido por outra pessoa nem sempre é fácil, e mais ainda quando o original foi transmitido em outra língua e contexto cultural.*¹⁷⁴

¹⁶⁷ Vide WEIR, Nuzi, 1967, p. 73.

¹⁶⁸ GORDON, Introduction, 1953, especialmente p. 100ss.

¹⁶⁹ Ver o conjunto de obras e discussões de SPEISER que estão citadas no corpo de nossa pesquisa.

¹⁷⁰ Vide THOMPSON, Historicity, 1974.

¹⁷¹ Igualmente VAN SETERS, Abraham, 1975.

¹⁷² SELMAN, Customs, p. 93.

¹⁷³ SELMAN, Customs, p. 93.

¹⁷⁴ MCQUILKIN, J. Robertson. Limits of Cultural Interpretation. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 23, n. 2, 1980, p. 113.

2.4. Tabletes de Leis Provenientes de Nuzi

2.4.1. Tuppi Maruti (Tablete de propriedade)

A terra (propriedade) em Nuzi era inalienável. Desta maneira, para que alguém adquirisse uma terra usava-se de vários meios. O tablete de Tuppi Maruti (Tablete de propriedade) apresenta um caso onde um dono de terra queria vender sua propriedade; ele usa do artifício de “adotar” um indivíduo, alguém não pertencente a sua família no sentido de vender a sua parte de sua fazenda.

Neste caso a propriedade adquirida é denominada de “herança compartilhada” e o preço de “dádiva” (podendo ser prata, grãos, suprimentos, roupas, ou uma combinação destes produtos).¹⁷⁵

A inalienação da propriedade em Nuzi tem três razões básicas: política, religiosa e social.

De forma breve, podemos afirmar o seguinte:

- 1) No campo político este fato é devido à preservação real do “serviço feudal.”
- 2) No campo religioso é observado que a família, a terra pertencente a ela, e os deuses familiares estavam intrinsicamente ligados.

- 3) No plano social “a terra era garantida à família como bem comum, no sentido de retorno para o culto; todos os indivíduos da família eram responsáveis em sentido último pela família como um todo.”¹⁷⁶

¹⁷⁵ FREEDMAN, Nuzi, 1992, p. 1159.

¹⁷⁶ FREEDMAN, Nuzi, 1992, p. 1159.

Assim, comprar ou vender uma propriedade em Nuzi só era possível através de “adoção.”

Encontramos a seguinte inscrição em Nuzi:

O tablete de adoção pertencente a Kuzu, o filho de Karmishe: ele adotou Tehip-tilla, o filho de Puhi-shenni. Como sua parte (da propriedade) Kuzu deu a Tehip-tilla 40 imers da terra no distrito de Iphushshi. Se a terra tiver um reclamante, Kuzu deverá esclarecer e devolvê-la a Tehip-tilla. Tehip-tilla em contrapartida deu 1 mina de prata a Kuzu como seus honorários. Qualquer um que for insolvente deverá pagar 2 minas de prata (e) 2 minas de ouro.¹⁷⁷

2.4.2. Tuppi Titennuti (Tablete de arrendamento)

Por causa das transações de Tuppi Maruti, as famílias estavam perdendo sua fonte permanente de bem estar. Assim, havia um tipo de contrato que permitia a uma pessoa retornar a sua antiga propriedade como um arrendatário dela. Era indicado um período de tempo para que a pessoa pudesse recuperar a sua terra. Porém, neste meio tempo o dono apossava-se da produção do arrendatário.¹⁷⁸

2.4.3. Tuppi Ahhuti (Tablete de irmandade)

Este tablete especifica que contratos existiam e serviam em princípio como meios para passar o direito de herança para outra pessoa fora da família. A venda do direito de nascimento era possível entre pai e filho, bem como entre dois irmãos.¹⁷⁹

Temos o seguinte texto:

¹⁷⁷ Vide ANET, p. 219. Texto publicado por CHIERA, E. *Joint Expedition with the Iraq Museum at Nuzi*, n.1,1927. Tradução feita por E. Chiera e E. A. Speiser em *Journal of the American Oriental Society*, v. XLVII, 1927, p. 37ss. Este texto será denominado daqui por diante de JEN.

¹⁷⁸ MYERS, Interpretation, p. 176.

¹⁷⁹ MYERS, Interpretation, p. 176.

O tablete de adoção pertencente a {Zike}, o filho de Akkuya: ele deu o seu filho Shennima em adoção a Shuriha-ilu, e Shuriha-ilu, com referência a Shennima, (de) todas as terras...(e) seus vencimentos de toda sorte deu a Shennima uma (porção) de sua propriedade.¹⁸⁰

2.4.4. Tuppi Martuti (Tablete com relação a filha)

Desde que um homem adote uma mulher como filha e concorda em prover-lhe casamento, um dote é pago a um parente dela e muitos preparativos são feitos por conta do preço da noiva.¹⁸¹

A natureza exata da dádiva de despedida é clareada através de referências a leis concernentes ao preço da noiva e dote no Código de Hammurabi e nas Leis de Eshnunna (século XVIII a.C.)¹⁸² e em contratos de casamento em Nuzi.¹⁸³ Fica claro através destas fontes que o propósito do dote era o de servir como segurança para mulher em caso de divórcio.¹⁸⁴

2.4.5. Tuppi Ahatuti (Tablete da irmã)

O caso de uma mulher adotada como irmã é similar ao de Tuppi Martuti. Não é conhecida a diferença específica entre os dois contratos. No aspecto judicial “um guardião” tem os direitos de um pai no primeiro caso e de um irmão no segundo.¹⁸⁵

¹⁸⁰ Vide ANET, p. 220. Publicado por CHIERA, E. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.67, 1929. Esta publicação será designada HSS daqui por diante.

¹⁸¹ MYERS, Interpretation, 1987, p. 177.

¹⁸² YARON, R. *The Laws of Eshnunna*. Jerusalem: Magnes Press, 1969, p. 110–5.

¹⁸³ GROSZ, K. Dowry and Brideprice at Nuzi. In: MORRISON, M. A.; OWEN, D. I. (eds.). *Studies in the Civilization and Culture of Nuzi and the Hurrians*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1981, p. 161–82.

¹⁸⁴ SPRINKLE, Joe M. Old Testament Perspectives on Divorce and Remarriage. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 40, n. 4, 1997, p. 547.

¹⁸⁵ MYERS, Interpretation, 1987, p. 177.

M. J. Selman¹⁸⁶ observa que o propósito central das adoções de irmã¹⁸⁷ é que o homem ao adotar uma mulher como “irmã” poderia dá-la em casamento e, conseqüentemente, receber o pagamento pela noiva do marido dela.

De acordo com um contrato de adoção, o irmão verdadeiro da moça declara: “Eu dei minha irmã **A** em *ana ahatuti* (adoção de irmã) a **T**, filho de **I**, e **T** pode dá-la em casamento, e, por conseguinte, receber o dinheiro do marido dela.”¹⁸⁸

2.4.6. Tuppi Riksi (Tablete de casamento)

Os pais ou irmãos arranjavam para suas filhas ou irmãs o casamento delas. Na base do contrato estava incluso que a noiva receberia dotes referentes à propriedade pertencentes à família. Estas coisas eram geralmente em forma de mobiliário ou prata (cerca de 40 shekels de prata).¹⁸⁹ Havia, contudo, uma cláusula que proibia de ter uma segunda esposa ou estabelecer os filhos de uma consorte como herdeiros primários do patrimônio familiar.¹⁹⁰

Em ANET temos: “Se Kelim-ninu gerar (filhos) e Shennima tomar outra esposa, ela poderá pegar o seu dote e partir.”¹⁹¹

2.4.7. Tuppi Simti (Tablete de testamento)

¹⁸⁶ SELMAN, M. J. The Social Environment of the Patriarchs. *Tyndale Bulletin*, 1976, n. 27, p. 122.

¹⁸⁷ A expressão em inglês é *sistership adoption*.

¹⁸⁸ Cf. HSS, 1929, 19, p. 2-6. Negritos meus.

¹⁸⁹ Vide HSS, 1929, v.V, n. 25.

¹⁹⁰ MYERS, Interpretation, 1987, p. 177.

¹⁹¹ ANET, p. 220.

Não havia muitas mudanças de vontade testamentária em Nuzi, mas era possível, quando da hora da morte, uma pessoa estipular quem receberia ou estaria excluído de sua herança.¹⁹²

Como pudemos notar, a sociedade de Nuzi é, como outras no Antigo Oriente Próximo, basicamente estruturada na família. Algumas informações adicionais, neste pormenor, devem ser dadas concernentes à apresentação da lei.

Primeiro é importante entender que a família em Nuzi era fundamentalmente patriarcal em sua forma de regência. O patriarca tinha total autoridade sobre sua esposa e filhos; desta maneira ele poderia deserdar um filho desobediente, ainda vender ou pôr seus filhos como parte de uma transação comercial.

Geralmente, o patrimônio familiar passava para o filho mais velho, indicando que a preservação da propriedade familiar era devida a uma linhagem masculina, especialmente pelo primogênito.¹⁹³

Assim, a principal herança vai para o filho mais velho e o restante é dividido pelos demais.

Contudo, o pai pode direcionar esta questão para outro sentido, fazendo de acordo com sua vontade a distribuição da herança, da posse dos deuses familiares, e responsabilidades da esposa e filhos.¹⁹⁴

Para um casal sem filhos, um tablete de Nuzi estabelece que este pode adotar ou por uma concubina oferecida pela esposa prover herdeiro(s) a eles. Encontramos um exemplo no seguinte trecho:

¹⁹² Alguns textos são de importância na discussão deste assunto, a saber, HSS, 1929, v. V, n. 48; SPEISER, E. A. I Know not the Day of My Death. *Journal of Biblical Literature*, 1955, n.74, p. 252-6; ANET, p. 220 b.

¹⁹³ Cf. ANET, p. 219-20.

¹⁹⁴ DRAFHORN, Anne. Illani/Elohim. *Journal of Biblical Literature*, n. 76, 1967, p. 217.

*Se Gilimniu (esposa) tem filhos, Senima (marido) não tomará outra esposa; mas se Gilimniu não tem filhos, Gilimniu tomará uma mulher de Lullu (escravas) como esposa para Senima... {e} para cada filho gerado de Senima da matriz de Gilimniu será dada toda terra e propriedade a eles.*¹⁹⁵

2.5. Leis de Nuzi e os Patriarcas e Matriarcas Bíblicos - Uma Visão Crítica

Neste ponto iremos observar, ainda que de forma abreviada, paralelos específicos dentre as Leis de Nuzi e as narrativas patriarco-matriarcais. Iremos seguir os pressupostos de John Walton, Keneth Kitchen e M.J. Selman.

Subdividiremos os estudo da seguinte forma: (1) veremos a forma inicial do paralelo, geralmente do ponto de vista de E.A. Speiser ou Cyrus Gordon; (2) uma análise crítica focando as idéias de Thompson e Van Seters; (3) buscaremos uma forma modificada do paralelo como expresso por Selman.

2.5.1. Paralelos que dão Exemplos Adicionais

2.5.1.1. Serva dada a Recém-casada.

Referência Bíblica: Gênesis 29,24 e 29

Referência em Nuzi: HSS V 67: 35-36¹⁹⁶

Forma Inicial do Paralelo. A prática de dar uma serva para a filha na data de seu casamento parece ter seu correlato com os casos de Rebeca, Raquel e Lea.¹⁹⁷

Crítica ao Paralelo. Thompson observa de forma incisiva que prover uma serva dificilmente constitui uma norma na sociedade em Nuzi; ademais, este fato é amplamente atestado em todas as partes do Antigo Oriente Médio em muitos períodos

¹⁹⁵ DRAFHORN, Illani/Elohim, 1967, p. 219; também em ANET, p. 220.

¹⁹⁶ Vide nota 182 do presente trabalho.

¹⁹⁷ GORDON, Cyrus. Biblical Customs and the Nuzu Tablets. In: FREEDMAN, D. N.; CAMPBELL, E. F. (eds.). *Biblical Archaeologist Reader*, n. 2, Chicago, 1975, p. 25.

diferentes de tempo.¹⁹⁸ Portanto, este não constitui um paralelo de Nuzi e ao mesmo tempo não dá nenhum auxílio no que se refere à autenticidade da narrativa patriarco-matriarcal.¹⁹⁹

Forma Modificada do Paralelo. Neste caso o paralelo pode permanecer, conquanto há correlação com outras leis no Antigo Oriente Médio; contudo, não pode ser usado para validar a autenticidade das narrativas patriarco-matriarcais.²⁰⁰

M. J. Selman expressa sua visão com relação à questão da escrava concedida à recém-casada, nas seguintes palavras:

“Várias práticas em Gênesis associadas com a escrava da esposa são mencionadas em textos extrabíblicos. A inclusão de uma escrava em conjunto com o dote como nos registros de Lea, Raquel, e provavelmente Rebeca, têm muitos paralelos extrabíblicos.”²⁰¹

Apesar da atitude negativa de Thompson com relação ao valor das leis de cunho familiar prescritas em Nuzi em relação às narrativas patriarco-matriarcais, ele conclui que existem contatos reais:

*Positivamente, pode ser dito que muito dos costumes em Gênesis, os quais não podem ser relacionados com motivos literários conhecidos, se encaixam muito bem no contexto da lei familiar do Antigo Oriente Médio, e uma comparação destas três histórias com este material legal é bem útil no entendimento da intenção destas narrativas.*²⁰²

2.5.1.2. *Fórmula Introdutória para Pronunciamentos no Leito de Morte*

Referência Bíblica: Gênesis 27,2

Referência em Nuzi: HSS 5 48

¹⁹⁸ THOMPSON, *Historicity*, 1974, p. 271.

¹⁹⁹ WALTON, *Literature*, 1990, p. 52.

²⁰⁰ WALTON, *Literature*, 1990, p. 52.

²⁰¹ SELMAN, *Customs*, 1980, p. 112-3. Ver ainda THOMPSON, *Historicity*, 1974, p. 264 e 270-1; VAN SETERS, *Abraham*, 1975, p. 84.

Forma Inicial do Paralelo. A sugestão dos intérpretes para este caso é que a razão para Isaque sustentar a benção sobre Jacó, mesmo diante da decepção, tinha a ver com o fato de que esta era considerada uma sentença pronunciada no leito de morte e estava, portanto, legalmente vinculada.

Speiser sumariza a idéia

*Em outras palavras, o pronunciamento 'eu agora fiquei velho' era reconhecido em Nuzi como uma fórmula acompanhando uma declaração final solene; tais declarações tinham uma posição especial precisamente porque elas expressavam um último desejo de alguém. A fraseologia, em suma, tinha implicações sócio-jurídicas.*²⁰³

Crítica do Paralelo. Thompson assevera que não existem pontos onde os textos de Nuzi tenham em comum com as narrativas patriarco-matriarcais que não sejam encontrados em grande extensão no Oriente Antigo.²⁰⁴

M. J. Selman argumenta que a teoria de Speiser necessita de uma considerável modificação em seus postulados. Selman observa que nos tabletas de Nuzi, nem mesmo em Gênesis 27, estamos diante de testamentos orais; ainda, não há evidências em Nuzi que o direito de nascimento (primogenitura) fosse modificado arbitrariamente.²⁰⁵

Segundo Selman

*Não há em algum dos três textos em Nuzi algo que refira a bênção paterna, a qual é o assunto real de Gênesis 27. HSS 5 48 é relativo à evidência oral obtida do lado de um leito de uma testemunha enferma na presença de oito oficiais da corte. A testemunha foi requerida pelo tribunal para identificar o seu filho mais velho, mas não era a ocasião de apontar o seu herdeiro principal.*²⁰⁶

²⁰² THOMPSON, *Historicity*, 1974, p. 294.

²⁰³ SPEISER, *Day of My Death*, 1955, p. 91; ver também GORDON, *Customs*, 1975, p. 27-8.

²⁰⁴ THOMPSON, *Historicity*, 1974, p. 289-93.

²⁰⁵ SELMAN, *Environment*, 1976, p. 133-4.

Forma Modificada do Paralelo. Que tenhamos a expressão “agora fiquei velho” como uma fórmula para estipulações testamentárias pode ser válida. Entretanto, nada mais do que este fato é derivado deste paralelo. A expressão não oferece qualquer explicação sobre o motivo do porquê a mentira de Jacó não poderia invalidar as assertivas feitas.²⁰⁷

2.5.2. Paralelos que Provêm Detalhes Suplementares

2.5.2.1. Provisão de uma Segunda Esposa em Caso de Esterilidade

Referência Bíblica: Gênesis 16,2

Referência em Nuzi: HSS V 67: 19-21

Forma Inicial do Paralelo. A questão da insistência de Sara para que Abraão tomasse Hagar na tentativa de se obter prole é explicada através cláusulas encontradas nas leis familiares em Nuzi, onde se prescreve que a esterilidade da esposa permitiria ao marido tomar outra mulher de tal sorte que o filho viesse de sua linhagem. Além disto, observa-se a responsabilidade da esposa em prover uma “substituta”²⁰⁸ nestas situações. “A criança nesta situação seria considerada herdeira plena.”²⁰⁹

Crítica do Paralelo. Thompson encontrou neste assunto discrepâncias entre os dados registrados nos textos bíblicos e a suposta correlação com o material de Nuzi. As principais são: (1) a necessidade da esposa ser estéril para que seja provida outra ao marido; (2) até que ponto o marido estava restrito por contrato de adquirir outras

²⁰⁶ SELMAN, Environment, 1976, p. 134.

²⁰⁷ Cf. WALTON, Literature, 1990, p. 53.

²⁰⁸ WALTON, Literature, 1990, p. 54.

²⁰⁹ GORDON, Customs, 1975, p. 22-3.

esposas; e (3) o status exato dos filhos resultantes de outras mulheres em relação à primeira esposa.²¹⁰

A conclusão de Thompson é de que Gênesis reflete uma situação corriqueira conhecida por todo Antigo Oriente relativa à questão das concubinas. Assim, não vê nenhum paralelo desta questão em Nuzi, especialmente porque não há alguma indicação em Gênesis onde os maridos sejam restritos por contrato de tomar uma segunda esposa.²¹¹

Selman admoesta, contudo, apesar da desconfiança de Thompson, que existe um certo tipo de correlação com HSS V 67. Observa, porém, que dois fatores devem ser lembrados. O primeiro é que há exemplos da mesma prática em textos cuneiformes fora de Nuzi; e, segundo, que HSS V 67 é um exemplo isolado deste costume em Nuzi.²¹²

Forma Modificada do Paralelo. Mesmo que existam discrepâncias, como postula Thompson, fica patente que existe uma regulamentação geral no Antigo Oriente nesta questão. Ainda que estejamos incertos sobre a natureza do contrato existente entre Abraão e Sara, o paralelo confirma que a atitude que eles tomaram não era incomum no contexto do Antigo Oriente.²¹³

2.5.2.2. A Demanda das Filhas de Labão

Referência Bíblica: Gênesis 31,14-16

Referência em Nuzi: HSS V 11

Forma Inicial do Paralelo. A demanda das filhas de Labão é explicada através de uma informação que pode ser derivada em Nuzi referente à posse do preço da noiva.

²¹⁰ Cf. THOMPSON, *History*, 1974, p. 256-8.

²¹¹ THOMPSON, *History*, 1974, 256-8.

²¹² SELMAN, *Environment*, p. 128.

Em Nuzi, o pai entregava à noiva a parte cabível ao preço da noiva ou retinha consigo caso o marido viesse a desertar ou morrer. A acusação das filhas era que Labão havia feito do casamento um negócio e elas tinham sido vendidas. Sendo assim, elas não tinham nada mais a perder indo embora com Jacó; Labão, subsequentemente, não tinha nada a prover-lhes financeiramente.²¹⁴

Crítica do Paralelo. A questão subjacente neste paralelo não se confina a ele em si, pois, geralmente é anotada sua extensão e correlação em vários períodos de tempos distintos dentro da história do Antigo Oriente. A polêmica gira em torno de seu uso como fonte prova para a datação dos patriarcas em um período mais recente.²¹⁵

Van Seters apresenta um exemplo de uma compra de casamento Neo-Assíria, uma prática incomum para este período. Este texto em particular aproxima-se em sua forma de uma transação de venda de escrava. Van Seters reconhece, contudo, que a querela daquelas mulheres pode ser observada em outros textos do período Babilônico Antigo, Nuzi, e Elefantino, onde ocasionalmente o pai pudesse reter parte do dote provindo do pagamento do preço da noiva. Todavia, ele assevera que a data do período da monarquia é um pano-de-fundo inteiramente possível para a passagem de Gênesis.²¹⁶

Selman contrapõe a idéia de Van Seters dizendo

À luz das evidências mais recentes é, contudo, impossível ser tão enfático acerca da relevância do texto Neo-Assírio. A existência de venda de casamento entre os patriarcas é improvável e não pode ser comprovada através deste único verso. Além do mais, a frase 'akal kesep (consumir dinheiro) em Gênesis 31,15 também aparece em contextos idênticos em Nuzi no seu equivalente acadiano (kaspā akalu), a qual sugere que o texto bíblico possa pertencer à alternativa rejeitada por Van Seters.²¹⁷

²¹³ Observe a questão de KITCHEN, Orient, 1966, sobre como analisar as discrepâncias.

²¹⁴ Cf. WALTON, Literature, 1990, p. 55.

²¹⁵ Vide WALTON, Literature, 1990, p. 55-6. Ainda textos em ANET, p. 171 parágrafo 130; p. 119a e 120.

²¹⁶ VAN SETERS, Abraham, 1975, p. 84.

²¹⁷ SELMAN, Customs, 1980, p. 116.

Outro exemplo é encontrado em Edwin Yamauchi

*No período babilônico antigo esta quantia era de cerca de dez shekels. Um shekel era correspondente ao salário de um mês. O sheriqtu (“dote”) era dado pelo pai da noiva à sua filha. No período babilônico antigo o dote era maior do que o preço da noiva. No caso de divórcio a esposa poderia levar consigo o seu dote sendo esta a parte ofendida.*²¹⁸

Forma Modificada do Paralelo. Os paralelos encontrados no Oriente Antigo trazem luz sobre o fato de que as filhas de Labão tinham certa razão em esperar o dote da noiva por parte de seu pai. Existe uma alusão no texto bíblico, contudo, sem explicitação da questão.²¹⁹

Segundo Joe M. Sprinkle

*O dote pode ser discutido indiretamente em Gênesis 31,14-16. Lá Raquel e Lea queixam-se de Labão, o pai delas, “pois nos vendeu e consumiu tudo o que nos era devido.” Isto talvez implique que Labão, na visão delas, havia lhes dado um dote insuficiente e ao mesmo tempo simplesmente as vendera. A essência da vindita delas era que Labão havia usado o “dinheiro” (quatorze anos de trabalho de Jacó) do preço da noiva sem exercer sua função paterna em retornar boa parte se não tudo daquele valor para as filhas como dote. Labão certamente poderia referir-se ao presente das servas como o dote delas. Mas as filhas sentiram que, em vista dos benefícios que Labão havia recebido de Jacó, mereceriam mais.*²²⁰

25.3. Paralelos que Auxiliam na Reconstrução

²¹⁸ YAMAUCHI, Edwin M. Cultural Aspects of the Marriage in the Ancient World. *Bibliotheca Sacra*, v. 135, n. 539, 1978, p. 243.

²¹⁹ Para maiores discussões sobre este ponto ver WESTBROOK, R. The Dowry. In: *Property and the Family in Biblical Law*. Journal for the Studies of Old TestamentSup 113. Sheffield: JSOT, 1991, p. 142–64.

²²⁰ SPRINKLE, Perspectives, p. 543. Ver também MORRISON, M. A. The Jacob and Laban Narrative in Light of Near Eastern Sources. *Biblical Archaeologist*, Summer 1983, p. 160–1.

2.5.3.1. Significado da Posse dos Teraphim

Referência Bíblica: Gênesis 31,16 e 30-34.

Referência em Nuzi: G 51²²¹

Forma Inicial do Paralelo. Tem-se argumentado que, baseado no material de Nuzi, a posse dos *teraphim* era vista como indicativa dos direitos primários a herança. Nas palavras de Cyrus Gordon: “A posse destes deuses era importante pois... eles mantinham consigo a liderança da família dentro da propriedade ancestral.”²²²

Crítica do Paralelo. A crítica definitiva deste paralelo provém de Moshe Greenberg. Ele indica que a dificuldade primária que existe em tentar fundamentar este paralelo está no fato de que Labão ainda estava vivo. Assim

*Em razão da situação ser após a morte do pai, o adotivo não tinha nada a ganhar e tudo a perder por ir embora com os deuses familiares durante o período em que o adotante está vivo. Teria sido tão tolo quanto o roubo da coroa praticado pelo filho de um rei enquanto seu pai permanece ainda vivo, na expectativa que a posse da coroa pudesse resguardar sua vindicação ao trono. Da maneira que a coroa pertence ao rei até a sua morte, assim os deuses familiares pertencem ao paterfamilias até sua morte. Nós podemos bem imaginar a revolta de um pai se algum filho- deixando de lado um adotivo - atrever-se a fugir com um deles enquanto estivesse vivo. Um pai tinha muitas maneiras de punir tal traição, incluindo deserdar. Em qualquer evento, tal apropriação dificilmente teria algum valor legal contra a vontade expressa do pai ainda vivo.*²²³

²²¹ Este texto é conhecido entre os estudiosos como Gadd 51. Pertence a um grupo de textos encontrados nas proximidades da antiga Arrapha que foi publicado por GADD, C. J. *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, n. 23, 1926, p. 51-2. Citado por SELMAN, Environment, 1976, p. 114, nota 1.

²²² GORDON, Customs, 1975, p. 26.

²²³ GREENBERG, Teraphim, 1962, p. 245.

Forma Modificada do Paralelo. A respeito desta questão, conforme visto, a explicação plausível seria a de que Raquel quisesse simplesmente a proteção dos deuses familiares.

Conforme diz Selman

Desde que foi primeiramente sugerido que deva haver uma ligação entre a herança de um filho legítimo através dos deuses familiares em preferência ao adotado em Gadd 51 e o roubo dos Teraphim de Labão, textos adicionais mencionados em Nuzi sobre os deuses familiares se tornaram pertinentes. Onze referências separadas são agora conhecidas, e, em nove delas, os deuses foram dados como parte de uma herança. Em cada um destes nove textos, aqueles herdeiros que não receberam os deuses também participavam na divisão, a qual era normalmente garantida ao filho mais velho, de tal forma que a posseção de tais deuses não representava de maneira clara uma reivindicação automática por uma herança. Desde que a reivindicação por uma herança em todo caso dependia de seu próprio legado e não simplesmente na posse das imagens familiares, fica difícil ver quais benefícios Jacó poderia ter em relação à propriedade de Labão através do roubo de sua esposa. Além do mais, o desejo de Jacó de manter uma distância o mais razoável possível entre ele e Labão revela não haver qualquer grande interesse por parte de Jacó na propriedade do seu sogro.

224

2.5.3.2. A Instituição da Esposa/Irmã

Referência Bíblica: Gênesis 12,13; 20,2; 26,7

Referência em Nuzi : HSS V 80: 5-6; 69:1; 25:1

Forma Inicial do Paralelo. Speiser tentou esclarecer três episódios em Gênesis nos quais Abraão e Isaque apresentam suas esposas como irmãs, referindo-se à instituição existente entre o hurritas da esposa irmã em Nuzi. Speiser apresenta a questão

²²⁴ SELMAN, Environment, 1976, p. 124.

*O sistema familiar hurrita continha várias facetas fratriarcais, uma destas era o conceito de esposa irmã. Sob este conceito, uma mulher dada em casamento pelo seu irmão, seja natural ou adotivo, tornava-se legalmente sua irmã. Tal esposa/irmã tinha a vantagem de ter excepcional solicitude e proteção sócio-religiosa que não era compartilhada pelas esposas comuns. Tal prática era característica dos níveis mais elevados da sociedade hurrita, ainda que não restrita a estes. Isto era, evidentemente, a marca de um status superior.*²²⁵

Crítica do Paralelo. Thompson, em sua análise, não percebe a sociedade hurrita como fratriarcal, de forma que os textos relativos à chamada adoção de irmã não corroboram a idéia de fratriarcado. A interpretação de Speiser está baseada inteiramente nos textos que indicamos como referência acima, o que Thompson questiona, a saber, o aspecto legítimo da análise de Speiser mediante o conteúdo textual destes contratos. Na verdade é difícil sustentar a posição de Speiser, na medida que se propõe que estes contratos dão um status superior à mulher ou fazendo do esposo um irmão.²²⁶

Selman, por seu turno, indica que há uma série de dificuldades com relação à hipótese proposta por Speiser. “O maior obstáculo é que as práticas matrimoniais nos três textos de Nuzi e o tratado de vassalagem hitita ainda permanecem problemáticas.”²²⁷

De acordo com o contrato de casamento de Nuzi HSS 80:1-23, um certo Hurazzi tomou como mulher Beltakkadummi, onde em HSS 5 69, a adotou como irmã. O terceiro tablete HSS 5 25, estabelece uma quantia de quarenta e cinco shekels, provavelmente pertinente ao preço da adoção de irmã como perscreve HSS 5 69, o que bem poderia ser ligado com os preparativos para o casamento.²²⁸

²²⁵ SPEISER, E. A. The Wife-Sister Motif in the Patriarchal Narratives. In: FINKELSTEIN, J.; GREENBERG, Moshe (eds.). *Oriental and Biblical Studies*. Philadelphia: 1967, p. 75.

²²⁶ THOMPSON, *Historicity*, 1974, p. 234-48.

²²⁷ SELMAN, *Environment*, 1976, p. 120.

²²⁸ SELMAN, *Environment*, 1976, p. 120.

Neste caso, nenhuma tentativa foi feita nos tabletes para explicar o relacionamento entre eles, seja de cunho sociológico ou cronológico. Ainda, não se percebe qualquer insinuação de um status elevado para a esposa que fosse adotada como irmã, nem mesmo que pertencesse a uma classe social mais elevada.

Forma Modificada do Paralelo. Seguiremos a sugestão de Selman para este caso

Uma solução possível é que (no caso) Hurazzi tenha adotado Beltakkadummi para desposá-la ele mesmo, uma situação quase idêntica vislumbrada em um texto de adoção de filha (JEN 43 2) ²²⁹. Esta solução poderia pelo menos explicar o porquê da quantia (HSS 5 25) parecer referir-se a ambos contratos, desde que um só pagamento seria requerido nestas circunstâncias, o adotante e o marido sendo a mesma pessoa. Esta abordagem também tem a vantagem de envolver práticas conhecidas, e não assume a existência de uma outra forma de costume não paralela.²³⁰

O resultado fundamental destas análises é que somos deixados com menos paralelos do que inicialmente se pensava existir entre Nuzi e as narrativas patriarco-matriarcais. Apesar de tal situação, podemos dizer que arquivos pessoais encontrados em locais como Nuzi lançam certa luz sobre o conteúdo vivencial registrado nas narrativas patriarco-matriarcais como algo de autenticidade histórica.

Evidentemente, não estamos discutindo a questão cronológica, pois, vimos que pouco podemos ter de correlato neste sentido com Nuzi. Fica claro, entretanto, o colorido do Antigo Oriente encontrado nas narrativas de forma a expressar o seu correlato com a cultura oriental antiga.

²²⁹ Sigla para material editado por CHIERA, Edward. *Joint Expedition With the Iraq Museum at Nuzi*, 6 vols., 1927-1939.

²³⁰ SELMAN, Environment, 1976, p. 120. A questão da esposa-irmã será estudada mais em termos literários no nosso próximo capítulo.

Nesta área, como em outras que vimos, o aspecto distintivo se evidencia dentro do quesito da prática religiosa. Percebemos a distinção dentre o que encontramos nos relatos bíblicos e aqueles registrados em textos do Antigo Oriente.

Em questões de cultura geral, por conseguinte, as similaridades são confirmadas em toda a extensão da literatura oriental antiga.

CAPÍTULO 3 - GÊNESIS 12; 20 E 26 E A QUESTÃO DA ESPOSA /IRMÃ EM NUZI - UM ESTUDO COMPARATIVO SOB A PERSPECTIVA SINCRÔNICA

No capítulo anterior, introduzimos a questão da correlação entre as narrativas patriarco-matriarcais e a chamada legislação da esposa/irmã nos arquivos de Nuzi, entre outras. Conforme pudemos observar, temos alguns quesitos a serem resolvidos para estabelecermos uma certa ligação entre os dois textos.

Vimos a questão dentro de uma ótica comparativo-cultural, revisando criticamente as correlações apresentadas pelos estudiosos da matéria. Iremos, porém, neste capítulo, analisar a questão sob o ponto de vista literário, à guisa de estudo de caso, com a finalidade de perceber que tanto na análise cultural quanto na literária temos basicamente as mesmas conclusões concernentes às leis de Nuzi e os patriarcas e matriarcas bíblicos.

Assim sendo, iremos analisar este tópico sob o ponto de vista de uma análise sincrônica como foi proposto por Robert Polzin²³¹ e Norbert Rabe²³². As contensões que porventura surgirem serão examinadas mais de um ponto de vista interpretativo do que cronológico, desde que pode ser demonstrada uma continuidade de tradição no Antigo Oriente Próximo via costumes sociais, convenções legais, ou formas literárias,

²³¹ POLZIN, *Structuralism*, 1977.

entendendo, contudo, que por si só estes pontos não nos asseguram uma identificação cronológica concreta.²³³

Estudaremos, portanto, os preceitos gerais de como analisar textos narrativos; os textos em sua correlação interna como apresentados na BHS; avaliaremos, por fim, a questão do substrato legal apresentado nos documentos de Nuzi e as supostas correlações com as narrativas em Gênesis.

3.1. Preceitos Gerais de Análise de Textos Narrativos

Começaremos com a perspectiva de Tzvetan Todorov sobre o que denomina de “narrativa primordial.”²³⁴ Todorov avalia, usando como exemplo a Odisséia, de modo crítico certas “leis” de análise narrativa produzida por especialistas. Assim, poremos em evidência algumas destas.

3.1.1. *A lei da verossimilhança.* Todas as palavras e todas as ações de uma personagem devem concordar numa verossimilhança psicológica - como se, diz Todorov, “em todos os tempos, se tivesse julgado verossímil a mesma combinação de qualidades.”²³⁵

3.1.2. *A lei da unidade dos estilos.* “O rasteiro e o sublime”²³⁶ não se misturam. Se tal fato acontece podemos considerar que houve uma interpolação.

3.1.3. *A lei da não-contradição.* Se há alguma incompatibilidade de referência que resulte em justaposição de passagens, uma das duas deve ser considerada inautêntica. A contra argumentação neste caso procede de um texto provindo de Shakespeare

²³² RABE, Zur synchron, 1990.

²³³ Sobre esta premissa ver o artigo de WISEMAN, Donald J. Abraham in History and Tradition- Part I: Abraham the Hebrew. *Bibliotheca Sacra*, v. 134, n. 534, 1977, p. 124.

²³⁴ TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. Leyla Perrone-Moisés (trad.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 105.

²³⁵ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 106.

²³⁶ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 106. Devemos observar, contudo, o tom irônico na abordagem de Todorov com o uso dos termos rasteiro e sublime.

(Macbeth) onde se pergunta sobre a possibilidade de ter vários autores quando, em atos diferentes, Lady Macbeth diz que tinha filhos no primeiro, e no último, afirma nunca tê-los tido. Temos, por conseguinte, a seguinte questão: “As passagens que não obedecem ao princípio da não-contradição são inautênticas; mas não é o próprio princípio?”²³⁷

3.1.4. *A lei da não-repetição*. A máxima é “em um texto autêntico não há repetições.”²³⁸

Todorov assevera, contudo, que

*Seguindo este princípio, poder-se-ia cortar uma boa metade da Odisséia como suspeita ou então como ‘uma repetição chocante’. É difícil, entretanto imaginar uma descrição da epopéia que não levasse em conta estas repetições, de tal forma que elas parecem ter um papel fundamental.*²³⁹

Após averiguar estes quesitos estéticos, a conclusão de Todorov fica explícita nas seguintes palavras

*A inocência da crítica de erudição é, evidentemente, falsa; esta aplica conscientemente ou não, a toda narrativa, critérios elaborados a partir de algumas narrativas particulares (ignoro quais sejam). Mas há também uma conclusão mais geral a ser tirada: é que a narrativa primitiva não existe. Não há narrativa natural; toda narrativa é uma escolha e uma construção; é um discurso e não uma série de acontecimentos.*²⁴⁰

Jean Louis Ska²⁴¹, dentre suas considerações sobre sincronia e narrativa, aponta alguns princípios básicos para análise deste gênero literário.

Segundo Ska, tal análise “consiste em compreender qual é o itinerário que o texto propõe ao leitor: as perguntas que lhe são postas, os elementos de resposta que aí

²³⁷ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 107.

²³⁸ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 107.

²³⁹ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 107.

²⁴⁰ TODOROV, Estruturas, 1979, p. 108.

²⁴¹ SKA, Jean Louis. Sincronia: A Análise Narrativa. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (coord.). *Metodologia do Antigo Testamento*. João Rezende Costa (trad.). São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 123ss.

se podem encontrar, as impressões, as idéias, os valores, os juízos que se lhe oferecem e a síntese que só ele pode operar.”²⁴²

Primeiro, evidenciemos os elementos fundamentais constitutivos de uma narrativa. Em termos gerais, temos que seus elementos principais constitutivos são a existência de um narrador e uma trama. Deixemos Ska nos conduzir nestas definições.

*O narrador é a “voz” que conta a história, que dá a palavra aos personagens, descreve ou comenta os acontecimentos. A trama, por sua vez, define-se como o nexo que junta os diversos elementos de uma narração para torná-los coerentes. O liame é cronológico e lógico ao mesmo tempo. É cronológico porque pressupõe uma sequência temporal, um antes e um depois, ainda que no relato real nem sempre seja respeitada. É lógico porque a concatenação dos acontecimentos no interior de um relato é espontaneamente interpretada como um nexo de causa e efeito.*²⁴³

Segundo, o estudo da narração deve começar com o exame da sua construção gramatical, em especial as formas verbais, as quais atuam como motores da narração em si. Duas distinções devem ser claras em nossas mentes nesta questão. A primeira é que se devem distinguir entre as partes narrativas como tais do discurso direto, pois, as formas verbais são diversas. A segunda está no conteúdo da ação, a saber, as que se desenvolvem em primeiro plano e as de fundo.²⁴⁴

Em relação à ação existem três aspectos distintivos: a ação pontual (primeiro plano); a ação contínua e repetida (fundo) e dados estáticos (quadro).

No sentido das narrativas bíblicas devemos observar estes princípios, conquanto estamos diante de um texto, um registro escrito. Ainda, convém perceber que este legado textual pertence a um contexto do mundo antigo, de maneira precisa do Oriente

²⁴² SKA, Sincronia, 2000, p. 129.

²⁴³ SKA, Sincronia, 2000, p. 130.

²⁴⁴ SKA, Sincronia, 2000, p. 131.

Antigo. Evidentemente, não poderemos introduzir algumas noções da chamada *fiction* em nossa abordagem de tais textos.

Shimon Bar-Efrat²⁴⁵ pontua a questão trazendo à tona o fato da delimitação do objeto de estudo quando se trata de textos narrativos. A preocupação será a análise da estrutura, reiterando a visão de que não lidaremos com a questão diacrônica e, sim, com a perspectiva sincrônica das narrativas sob critério. Ou seja, “a preocupação será mais com o aspecto literário do que com o histórico da narrativa bíblica.”²⁴⁶

Sean E. McEvenue aborda o assunto da seguinte forma:

*Uma variedade de métodos devem ser usados no estudo das narrativas bíblicas no sentido de iluminar suas muitas facetas. Crítica das fontes, da forma, o estudo da história das tradições, ou das camadas redacionais, todos devem finalmente dar vida ao texto físico da Bíblia. O estudo estilístico ilumina o texto como apresentado, e o seu significado, sem uma referência direta posterior à intenção do autor, ou desenvolvimentos teológicos, ou fato histórico. Contudo, deve ser primeiramente determinado qual texto é uma unidade literária, e com quais textos deve ser comparado...o principal valor no estudo estilístico é que o texto individual é revelado em sua forma e colorido exatos.*²⁴⁷

Bar-Efrat define estrutura literária como “a rede de relações entre as partes de um objeto ou uma unidade.”²⁴⁸ A dificuldade, entretanto, que encontraremos é a de se precisar as fronteiras dentro desta “rede”.

Nas palavras de Efrat

No campo da narrativa bíblica, particularmente, parece ser impossível definir as fronteiras da unidade literária de maneira rígida. Na Bíblia, narrativas que são mais ou menos completas em si, vinculam-se a outras de forma a criarem unidades literárias extensas. Em outras palavras,

²⁴⁵ BAR-EFRAT, Shimon. Some Observations on the Analysis of Structure in Biblical Narratives. In: HOUSE, Paul R. (ed.). *Beyond Form Criticism: Essays in Old Testament Literary Criticism*. Winona Lake: Eisenbraus, 1992, p. 186-205.

²⁴⁶ BAR-EFRAT, Observations, 1992, p. 187.

²⁴⁷ MCEVENUE, Sean E. A Comparison of Narrative Styles in the Hagar Stories. *Semeia*, 3, 1975, p. 64.

*narrativas que de um lado podem ser consideradas como unidades auto-contidas, ou podem ser, por outro lado, consideradas como partes de totalidades mais extensas. Estas unidades mais extensas, por seu turno, se tornam componentes do conjunto total dos livros da Bíblia, cujos livros estão sendo novamente incorporados em obras literárias abrangentes. Uma estrutura pode ser percebida e pode ser legitimamente estudada em seções curtas ou em unidades abrangentes- em um segmento curto como Jó 1, 13-19 ou numa composição completa tal como o livro de Rute.*²⁴⁹

O estudo das estruturas literárias fundamenta-se, por conseguinte, em quatro diferentes níveis distintos: o nível verbal; o da técnica narrativa; o do mundo narrativo e o do conteúdo conceitual.

Observando estes preceitos, chama-nos a atenção de que a questão técnica deve conduzir-nos para a dimensão do propósito das narrativas, fundamentalmente no que se refere à questão bíblica. George E. Mendenhall²⁵⁰ observa, corretamente, que as discussões em torno das narrativas se perderam em seu ponto chave que é esclarecer “qual é a natureza e o propósito da narrativa de *per se* na história cultural israelita antiga.”

Além de Mendenhall, a abordagem de James Muilenburg²⁵¹ deve ser posta em questão. Segundo Muilenburg, as feições individuais, pessoais e de caráter único de um texto precisam ser consideradas bem como a sua caracterização típica; as formas, a situação na comunidade.²⁵²

As diferenças estilísticas e retóricas devem ser estudadas da mesma sorte que as formas em sua situação original. Sua proposta converge, desta maneira, para a crítica

²⁴⁸ BAR-EFRAT, Observations, 1992, p. 187.

²⁴⁹ BAR-EFRAT, Observations, 1992, p. 188.

²⁵⁰ MENDENHALL, George E. The Nature of the Abraham Narratives. In: MILLER, Patrick D.; HANSON, Paul D.; MCBRIDE, S. Dean McBride (eds.). *Ancient Israelite Religion - Essays in Honor of Frank Moore Cross*. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

²⁵¹ MUILENBURG, James. Form Criticism and Beyond. In: MAIER, John; TOLLERS, Vincent (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu: Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 362-80.

retórica, a qual estuda a natureza da composição literária, os padrões estruturais empregados na unidade literária e os esquemas usados para produzir um todo unificado.²⁵³

Assim sendo, vistos estes preceitos gerais, buscaremos avaliar o conteúdo textual da BHS referente às narrativas patriarco-matriarcais comparando-o com a história cultural e legal do Antigo Oriente.

3.2. Gênesis 12; 20 e 26 - Uma Análise Sincrônica

As narrativas patriarco-matriarcais contêm três relatos de um patriarca passando sua esposa como se fosse sua irmã por temer por sua própria vida (Gn 12,10-20; 20,1-18 e 26,1-11).

Para a crítica das fontes, este é um exemplo clássico das múltiplas versões da mesma história original, demonstrando a multiplicidade de fontes que subjazem à nossa presente versão do Gênesis.²⁵⁴

Para a crítica das formas, eles provêm uma oportunidade rara de comparar os três relatos paralelos e, assim, postular um desenvolvimento e origem a partir de tradições literária e oral.²⁵⁵

Para a crítica da redação, apresentam o desafio de explicar como os relatos funcionam em seu contexto presente, isto é, não como versões variantes de um mesmo evento, mas como episódios distintos nas vidas de Abraão e Isaque.²⁵⁶

²⁵² MUILENBURG, Criticism, 1979, p. 362.

²⁵³ MUILENBURG, Criticism, 1979, p. 363 ss.

²⁵⁴ Cf. a obra de BARTON, John. *Reading the Old Testament: Method in Biblical Study*. Philadelphia: Westminster Press, 1984, p. 46.

²⁵⁵ A obra de KOCH, Klaus. *The Growth of the Biblical Tradition: The Form Critical Method*. New York: Scribner and Sons, 1969, p. 115-28 é uma das referências neste ponto. Para a questão da tradição oral e seus desenvolvimentos ver ALEXANDER, T. *The Wife/Sister Incidents of Genesis: Oral Variants?*. *Irish Biblical Studies*, n. 11, 1989, p. 2-22 e ainda VAN SETERS, Abraham, 1975, p. 167-91.

Robert Polzin²⁵⁷, por sua vez, analisa o postulado diacrônico da crítica da forma e das fontes, lamentando que este negligencia a conexão sincrônica dos textos entre as narrativas e seu contexto literário.²⁵⁸

Para Polzin, a concentração em certas transformações encontradas nas três versões visa apontar a significação especial que a análise sincrônica de Gn 12; 20 e 26 tem para o entendimento da linha mais abrangente da história no livro de Gênesis.²⁵⁹

Dois estágios de transformação são descritos. Primeiro, pode ser encontrado certo nível de transformação na questão dos bens e da prole em uma situação de adultério. Segundo, outro ponto de transformação envolve os meios pelos quais o monarca descobre a verdade sobre o assunto. Todas as duas instâncias dizem respeito ao caminho pelo qual o ser humano encontra a vontade e o propósito de YHWH.²⁶⁰

Cabem, então, duas perguntas, de acordo com Polzin. A do primeiro nível é: quando é um homem abençoado por Deus? E a do segundo: quando é um homem amaldiçoado por Deus? As respostas perpassam três caminhos para se discernir a vontade de Deus mediante estas transformações, a saber, o ato de Deus, a palavra de Deus e a observação pessoal. Contudo, a observação pessoal é evidenciada na linha de história mais abrangente como constante e invariável.²⁶¹

Ao abordar, portanto, a questão dentro da premissa sincrônica queremos afirmar a historicidade dos fatos ocorridos dentro do registro bíblico. Se falamos de conteúdo histórico, temos pessoas históricas envolvidas, a saber, os patriarcas e matriarcas são pessoas que viveram historicamente os fatos abordados em Gn 12; 20 e 26.

²⁵⁶ RONNING, John. The Naming of Isaac. The Role of Wife/Sister Episodes in the Redaction of Genesis. *Westminster Theological Journal*, v. 53, n.1, 1991, p. 1-27.

²⁵⁷ POLZIN, Robert. "The Ancestress of Israel in Danger" In *Danger*. *Semeia*, n. 3, 1975, p. 81-98.

²⁵⁸ POLZIN, Ancestress, 1975, p. 81.

²⁵⁹ POLZIN, Ancestress, 1975, p. 82-3.

²⁶⁰ POLZIN, Ancestress, 1975, p. 84-6.

²⁶¹ POLZIN, Ancestress, 1975, p. 94-7.

Não se trata, por conseguinte, de observar uma ilustração generalizada sobre um acontecimento, mas, de perpetuar seu conteúdo e abrangência históricos.

3.2.1. A Progressividade do Tema Esposa/Irmã Mediante o Texto da BHS

yl!-ba+yéy }a(am:l :Tf) yitoxA))æn-yir:mi) 12.13

;|"lfl:giB yi\$:pán hft°yfx°w |"rUbA(ab

)wih yitoxA) OT:\$i) hfrf&-le) {fhfr:ba) rem)ïYáw

20.2

xal:\$éYáw

;hfrf&-te) xaQéYáw rfr:G |elem |elemyibA)

yt!oxA rem)ïYáw OT:\$i):l {OqfMah
y"\$°naaaaQ aU1A):\$éYáw 26.7
rom)"l y"\$°na) yénug:raháy-}eP yiT:\$i)
)"ræy yiK)wih
;)yih he):ram tabO+-
yiK hfq:bir-la({OqfMah

Tradução:

Gn 12,13 - Dize que minha irmã és tu, de modo que tudo vá bem para mim (lit.) por causa de ti e assim viva a minha alma por motivo de ti.

Gn 20,2 - Assim disse Abraão de Sara sua mulher: ela é minha irmã; então, enviou (servos) Abimeleque, rei de Gerar e tomou (como esposa) à Sara.

Gn 26,7 - Perguntando-lhe os homens do lugar a respeito da mulher dele, respondeu: ela é minha irmã; pois temia dizer: É minha mulher; com certeza (refletia consigo) me matarão os homens do lugar por causa de Rebeca, pois, ela é formosa à vista.

Observemos os três textos

3.2.1.1. Nível Verbal

Gn 12,13 Verbo inicial no imperativo com) æn

verbos indicando urgência e ansiedade

Gn 20,2 Verbo inicial no imperfeito + w - zeugma

verbos no imperfeito com w - indicando ação mais calma e fluente

Gn 26,7 Verbo inicial no imperfeito + w - zeugma

verbos no imperfeito com w - indicando ação inicial mais calma e fluente

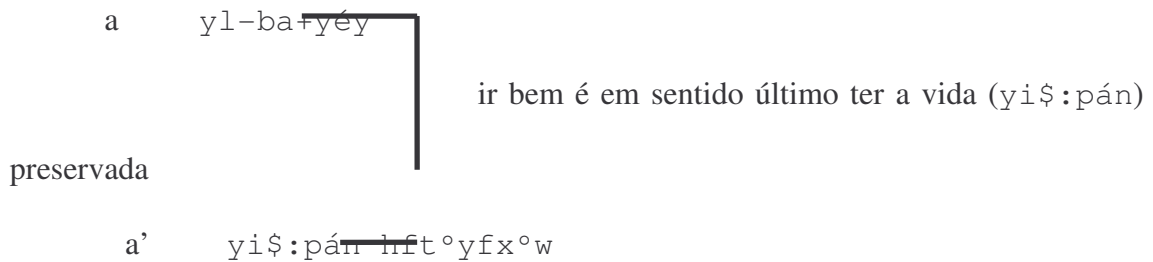
verbos com sufixos - retomando a tensão entre vida e morte de Gn 12,13

Algumas expressões em Gn 12,13 são de interesse para a compreensão da idéia narrativa. Após a argumentação de Abraão sobre a tensão vida e morte por causa da beleza de sua mulher Sarai (Sarah) (v.11-12), temos o uso de um verbo no imperativo singular feminino mais o uso de) æn. A idéia deste tipo de imperativo traz consigo um sentido de urgência e, ao mesmo tempo é algo inquestionável por parte de Sara. Segundo, a questão de estar no feminino, inclui a transferência de responsabilidade do ato. A tensão de solução para os temores abrahâmicos é transferida para os ombros de

Sara, a saber, “dize tu (fem.) que és minha irmã.” Não há espaço para um consenso ou diálogo, simplesmente, dita-se a ação.

Os termos $y\bar{l}-ba+yéy$ (verbo usado somente no imperfeito)²⁶² e $|\ "lfl:giB yi\$:pán hft^\circ yfx^\circ w$ indicam dois pontos fundamentais. No primeiro caso, o verbo mais a preposição devem ser vistos e traduzidos como uma expressão: “que tudo me vá bem”, ou, “tudo vá bem para mim” (literal). O sufixo pronominal de primeira pessoa do singular junto à preposição inseparável nos conduz a perceber a intenção do registro em deixar clara a postura do patriarca em relação à sua auto-preservação, ou seja, o que interessa é manter-se vivo e mesmo o seu bem estar pessoal às custas da entrega de sua esposa/“irmã” a uma situação que produzisse evidente adultério.

A segunda expressão, pode ser analisada em termos paralelos, ou melhor dizendo, num paralelismo sinonímico climático. Esta idéia pode ser representada no seguinte esquema

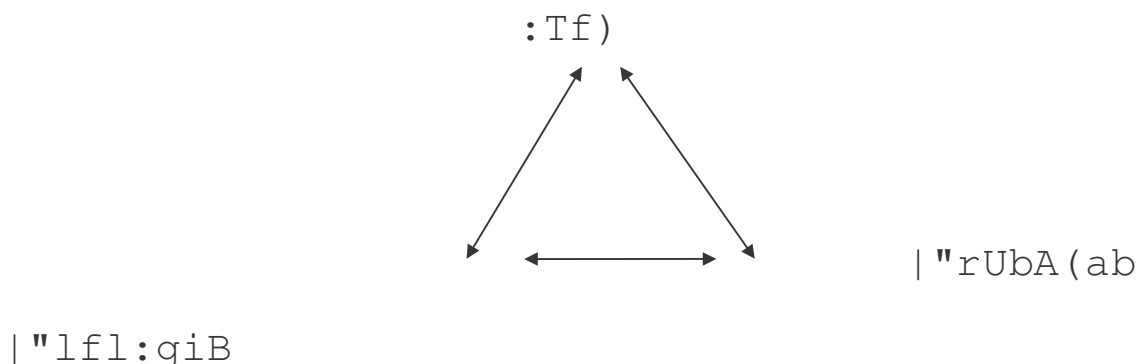


As formas sufixais e o pronome do caso reto de segunda pessoa feminino singular demonstram o foco da tensão do momento narrativo. Eles apontam com ênfase para o sentido objetal que Abraão pretende fazer uso em relação à sua esposa, isto é, ao transferir a responsabilidade pela vida dos dois para as mãos de sua mulher, não o faz

²⁶² Vide verbete $b+y$ em *The New Brown-Driver-Briggs-Gesenius Hebrew English Lexicon- With an Appendix Containing the Biblical Aramaic*. BROWN, Francis (coord.). Peabody: Hendricksen Publishers, 1979, p. 405, daqui por diante designado de BDB. Ainda cf. os usos em Gn 40,14; Dt 4,40; 5,16; 6,3 e 18; 12,25 e 28; 22,7.

por motivos nobres ou reconhecimento da capacidade ou caráter firmado dela; pelo contrário, os motivos são egocêntricos e de usar os atributos de sua esposa para salvar sua pele.

Temos, então



O tu feminino é que sustenta o conteúdo ativo de toda a trama posterior no texto. O segundo plano é aparente dentro do contexto narrativo. A presença feminina desencadeia todos os acontecimentos subsequentes do texto sob a temática da irmã, a saber, Sara ser levada para o harém de faraó, os presentes, as pragas e, por fim, a expulsão deles das terras do Egito.

Nos textos de Gn 20,2 e 26,7 temos basicamente os mesmos conteúdos que encontramos em Gn 12,13. Convém dizer, entretanto, que em 20,2 e 26,7 os atos expressos nos verbos não dão a conotação imperativa e urgente que encontramos em 12,13. O uso dos *w* dá um tom mais fluente e menos tenso à narrativa, bem como à *parole* de Abraão (em 20,2), que se mostra mais incisivo neste texto. O texto em 26,7 retoma e junta as duas dimensões narrativas. No primeiro momento temos a abordagem dos cidadãos do local sobre Rebeca e no segundo uma perspectiva intro-reflexiva trazendo à tona a possibilidade do assassinato por causa da mulher.

O agente transformador da situação em todas as três histórias é YHWH/*Elohim*. Ele quem envia pragas contra faraó (em 12,13), o faz inquirir qual a razão deste suplício e tomar a decisão de banir a Abraão de seu país; em Gn 20,2, *Elohim* vem até Abimeleque lhe promulga uma sentença de morte por conta de Sara e o impede de possuir Sara; Abimeleque, de sua parte, argumenta sua inocência; Abraão é questionado, só que nesta passagem há um dado novo- Abraão diz que temeu por sua vida, mas, que era realmente sua irmã por parte de pai; uma justificativa não encontrada em Gn 12 ou 26.

3.2.1.2. Nível Temático

Para tratar de Gn 26,7, vejamos um pouco do conteúdo temático e as correlações com 12,13 e 20,2.

1. Motivo e Lugar

12- Egito (fome)	20- Gerar (elipse de motivo)	26- Gerar (fome)
------------------	------------------------------	------------------

2. Patriarcas e Matriarcas Envolvidos

12- Abrão e Sarai	20- Abraão e Sara	26- Isaque e Rebeca
-------------------	-------------------	---------------------

3. Soberanos

12- Faraó (sem nome)	20- Abimeleque	26- Abimeleque
----------------------	----------------	----------------

4. Ação Divina

12- YHWH	20- Elohim	26- YHWH (Isaque)
----------	------------	-------------------

12' - Faraó (pragas)	20' - Abimeleque (sonho)	26' - Abimeleque (θ)
----------------------	--------------------------	----------------------

Em 26, como podemos observar, temos algumas alterações em termos narrativos com respeito 12 e 20. A intervenção divina em 26 se circunscreve à ratificação da

Aliança (tyrb) de YHWH com Isaque; Abimeleque “vê da janela” (26,8) Isaque acariciando sua mulher Rebeca. No motivo da presença de Isaque em Gerar, temos a fome com o superlativo: “sobrevindo fome à terra, além da primeira havida nos dias de Abraão” (26,1), o que em 20 temos uma elipse no motivo da presença em Gerar, já que no capítulo 19 temos uma narrativa parenética relativa à questão de Ló e Sodoma e Gomorra.

Uma outra forma de abordar a questão, vem do que Polzin denomina de “visão sinótica.”²⁶³ Demonstraremos o seu esquema²⁶⁴, como se segue:

Princípio	Corpo	Fim
Gn 12 poucos bens e nenhuma prole	aquisição de bens através de um adultério real	expulsão--sem prole
Gn 20 muitos bens e nenhuma prole	aquisição de bens através da remoção de um aparente adultério	sem expulsão--prole posterior à remoção do aparente adultério
Gn 26 nenhum bem mas prole	aquisição de bens posterior à remoção do adultério potencial	expulsão com prole prévia

A temática da “irmã” (ytōxA) nos aparece dentro da estrutura textual como uma retomada de referente a nível anafórico²⁶⁵. A recorrência do tema tem seu eixo interpretativo no texto de 20,2, que é o elo de ligação entre as três narrativas, onde temos o retorno ao ponto de partida em Harã, especialmente no que tange ao envolvimento familiar paterno (no caso de Abraão) elucidando que Sara era irmã por parte de pai.

²⁶³ POLZIN, *Ancestress*, 1975, p. 87.

²⁶⁴ POLZIN, *Ancestress*, 1975, p. 88.

²⁶⁵ Sobre esta conceituação ver FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez Editora, 1983, p. 39 onde explicita: “Por meio da anáfora

Ao empreender as comparações dos textos percebemos que a questão da chamada esposa/irmã fica em aberto no sentido legal, tão fortemente aludido pelos especialistas como base interpretativa deste conjunto textual.

O termo “irmã” utilizado nas narrativas tem propósito de justificar a atitude dos patriarcas mediante o medo de serem mortos. Não se pode estabelecer uma correlação a nível exofórico de maneira precisa ao se estudar os substratos legais encontrados em Nuzi.

A nível endofórico, de forma especial no nível catafórico, também, não se estabelece uma conexão temática que pudesse ser denominada a *posteriori* de relação esposa/irmã. Ficamos na verdade um tanto circunscritos aos registros encontrados nas narrativas patriarco-matriarcais, que são implícitos, deixando, por conseguinte, uma lacuna hermenêutica sobre esta questão.

Além do mais, no conteúdo dos três textos, os soberanos tomaram as mulheres dos patriarcas para o harém deles exatamente por terem sido pronunciadas como “irmãs”. Como a trama narrativa mesma elucidada, se soubessem que se tratava de “esposas” e não “irmãs”, eles teriam procedido de outra maneira para com aqueles. Se houvesse algum ponto de correlação legal que justificasse um delito por parte destes reis, certamente transpareceria no conteúdo dos textos em Gênesis.

O tom de temor denotado na narrativa e no discurso direto dos suseranos foi o de ter possuído a mulher de outro homem, algo prescrito em vários códigos da antiguidade oriental e que poderia resultar em morte, e, mesmo assim, eles (os reis) se justificam dizendo que eram inocentes pois estavam baseados nas palavras dos próprios maridos que aquelas mulheres eram “irmãs” deles.

3.2.1.3. A Questão da Esposa/Irmã e Nuzi

Neste ponto, então, chegamos ao que nos apetece na questão da esposa/irmã. Não nos transparece, em momento algum da narrativa, a evocação de algum quesito legal específico seja procedente de Nuzi ou de qualquer outra parte do Oriente Antigo.

Apesar da afirmação inicial categórica de E.A. Speiser sobre este tema, afirmando que “costumes pertinentes (como este) eram peculiares à sociedade hurrita e praticados em centros como Harã, onde semitas ocidentais, dos quais os patriarcas se derivaram, viveram em uma simbiose cultural bem estreita com os hurritas.”²⁶⁶ Ainda, que o fato de Sara ser meia-irmã de Abraão, por parte de pai, já a torna “elegível para o status de ‘irmã’ sob a lei da terra de onde Abraão partiu para sua jornada rumo a Canaã, com todos os privilégios e direitos que tal lei facultava.”²⁶⁷ Não podemos concordar com Speiser neste ponto, pois, não temos base dentro dos substratos legais encontrados em Nuzi para fazer uma afirmação tão categórica sobre este assunto.

Victor P. Hamilton resume em três os principais pontos de objeção à teoria de Speiser.

*(1) Speiser organiza os três textos de Nuzi em uma sequência que é artificial. Quem poderá dizer que cronologicamente n. 69 (a mulher é tomada como irmã, ana ahati) é seguido por n. 80 (a mulher é tomada como esposa, ana assati)? Isto poderia ser facilmente o contrário, com a adoção de irmã preceder ao matrimônio. (2) É incorreto dizer que tais casamentos refletiam as características dos níveis mais altos da sociedade hurrita. De fato, em quatro das treze vezes da adoção de irmã (ahatutu), a irmã adotada era uma escrava liberta. (3) Há uma séria dúvida se tais adoções eram usadas como meio para criar um vínculo patriarcal entre um homem e sua esposa exogâmica.*²⁶⁸

que se encontra com algo que o precede no texto.”

²⁶⁶ SPEISER, Genesis, 1957, p. 91.

²⁶⁷ SPEISER, Genesis, 1957, p. 93.

²⁶⁸ HAMILTON, Victor P. *The Book of Genesis: Chapters 1-17*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1991, p. 381-2.

Se eliminarmos o material de Nuzi, pouco nos resta de argumentação. D. J. Weiseman é um dos postulantes da não-correlação entre os dois substratos. Diz:

*Qualquer suposto paralelo com os casamentos de esposa/irmã hurrita deve ser rejeitado. Também, qualquer relacionamento com a prática dos casamentos reais no Antigo Egito entre irmão e irmã é improvável desde que esta prática estava confinada aos egípcios e não há qualquer evidência aqui que o casamento entre um rei do Egito e a irmã de um governante proponente do sul da Palestina têm correlação com algum tratado ou acordo.*²⁶⁹

De acordo com o que estudamos no capítulo anterior sobre o crivo da crítica do paralelo da esposa /irmã, podemos asseverar que as conclusões confiantes de Speiser e Gordon de que um relacionamento especial existia entre o povo de Nuzi e os patriarcas e matriarcas bíblicos, não são tão expressivamente mantidos como era geralmente suposto. Na verdade, poderíamos categorizar tal material tendo observado HSS V 80: 5-6; 69:1 e 25:1, dentro dos que auxiliam na reconstrução contextual geral da questão dentro do Antigo Oriente.

Contudo, precisamos asseverar a não-correlação estrita com os registros bíblicos. Seguindo as premissas de C.J. Mullo Weir²⁷⁰, estamos diante de um preceito geral dentro do corpus legal no Oriente Antigo, a saber, a legislação sobre “esposa” e “irmã” (em especial na questão do casamento) é de cunho generalizado dentro do Antigo Oriente e parte integrante de várias culturas. Isto significa, que a análise do conteúdo narrativo patriarco-matriarcal não deve ficar fortemente dependente de um único sítio, mas, fundamentar-se em sentido mais amplo em outros precedentes jurídicos da antiguidade.

²⁶⁹ WISEMAN, Donald J. Abraham in History and Tradition - Part II: Abraham the Prince. *Bibliotheca Sacra*, v.134, n.535, Jul-Sep. 1977, p. 231. Ver também WEIR, C. J. Mullo. The Alleged Hurrian Wife-Sister Motif in Genesis. In: *Transactions of the Glasgow University Oriental Society*, n.22, 1967-68, p. 23; THOMPSON, Historicity, 1974, p. 233-4. GREENGUS, S. Sisterhood Adoption at Nuzi and the ‘Wife-Sister’ in Genesis. In: *Hebrew Union College Annual*, n.46, 1975, p. 5-31.

Como o fizemos em nosso capítulo anterior, analisando o tópico da esposa/irmã, nossa sugestão é a de ratificar a posição de Selman²⁷¹ quando aponta para uma solução plausível no caso de Hurazzi e Beltakkadummi, onde afirma que “esta abordagem tem a vantagem de envolver práticas conhecidas, e não assume a existência de uma outra forma de costume não paralela.”²⁷²

²⁷⁰ WEIR, Nuzi, 1967, p. 73ss.

²⁷¹ SELMAN, Environment, 1976, p. 119.

²⁷² SELMAN, Environment, 1976, p. 120.

CONCLUSÃO

Iniciamos nossa discussão sobre o tema apresentando o estado da questão em nossa parte introdutória. Fez-se necessária tal abordagem por causa do nível de discordância entre os especialistas postulantes de várias correntes de análise da questão, representados por duas vertentes extensas, a saber, os métodos histórico-gramatical e o histórico-crítico. Ao mesmo tempo entendemos que as discussões em torno das narrativas patriarco-matriarcias estão ainda em foco atualmente; longe de se chegar a um consenso geral sobre a temática, mesmo dentre os postulantes da mesma episteme científica.

Adotamos algumas diretrizes para o nosso estudo, de forma que optamos por abordar o assunto sob o crivo da análise sincrônica proposta por Robert Polzin e Norbert Rabe. Evidenciando que em particular, a crítica textual sincrônica propõe em fazer explícita as conexões entre o texto em si e a crítica literária, por conseguinte, não se preocupa exatamente com a datação e variantes dos textos, como faz o criticismo tradicional.

No capítulo 1 estudamos a relevância dos achados em Kirkuk começando com os primórdios da pesquisa desde Edward Chiera, reavaliando a interpretação do material encontrado, bem como a euforia inicial de tais descobertas, sob o crivo da crítica de Thomas L. Thompson, John Van Seters e M. J. Selman pudemos levantar questões de ordem cronológica, étnica, geográfica e metodológica, além do mais, observamos uso dos paralelos classificando-os em três categorias, a saber, paralelos que provêm exemplos adicionais, paralelos que provêm detalhes suplementares e paralelos que auxiliam na reconstrução; trouxemos informes fundamentais sobre os hurritas, já que o material encontrado estava dentro dos domínios do Império Mitanni, uma etnia fundamentalmente hurrita, buscando evidenciar sua história, cultura sócio-religiosa e contatos fundamentais com os registros do Antigo Testamento.

Segue-se, então, no capítulo 2, uma conceituação básica e breve sobre cultura e lei. Primeiro, entender o que significa cultura fez-se mister por estarmos lidando a nível temático com costumes de uma cultura, no nosso caso de Nuzi; delimitar este tópico era de importância por ser este muito vasto e controverso em seu caráter intrínseco.

Segundo, o quesito lei também constitui um preceito muito extenso em si, assim sendo, delimitamos o campo de discussão em torno do sentido geral da concepção de lei, em especial a idéia contida no Antigo Oriente e a de Torah, própria do Antigo Testamento, percebendo o pano-de-fundo cultural interrelacional destas duas nuances.

A análise das leis de Nuzi foi em primeiro plano descritiva das principais leis, a saber, as que tinham supostamente contato com as narrativas patriarco-matriarcais, retomando as idéias de E.A. Speiser e Cyrus Gordon como postulantes de um vínculo estreito deste conteúdo legal e os substratos narrativos contidos em Gênesis. No segundo momento, discutimos criticamente o conteúdo de diversos paralelos legais e a validade das conclusões iniciais sobre a função elucidatória através dos postulados de

Thompson, Van Seters e M.J. Selman. A conclusão sobre este ponto foi que temos menos paralelos entre Nuzi e as narrativas patriarco-matriarcal do que se pensava inicialmente.

Estudamos, à guisa de estudo de caso, a questão da esposa/irmã em Nuzi e os textos de Gênesis 12; 20 e 26. Buscamos uma conceituação sobre preceitos gerais para se fazer uma análise narrativa, baseado nos pressupostos de Todorov de que toda narrativa é uma construção, seguido pelas idéias de Efrat e Ska e Polzin sobre a abordagem sincrônica de textos narrativos.

Percebemos que o estudo das estruturas literárias fundamenta-se, por conseguinte, em quatro diferentes níveis distintos: o nível verbal; o da técnica narrativa; o do mundo narrativo e o do conteúdo conceitual.

Partindo deste ponto de vista estudamos os textos de Gênesis 12; 20 e 26, dentro de uma perspectiva sincrônica, seguindo as premissas e os questionamentos de Polzin. Retomamos a discussões sobre os postulados de Speiser, procedemos a crítica e chegamos à conclusão de que, neste pormenor, na verdade, poderíamos categorizar tal material tendo observado HSS V 80: 5-6; 69:1 e 25:1, dentro dos que auxiliam na reconstrução contextual geral da questão dentro do Antigo Oriente.

Assim sendo, nossa conclusão geral é de que o resultado do tipo de análise que procedemos nos deixa com muito menos informações na forma de paralelos diretos entre Nuzi e o pano-de-fundo patriarco-matriarcal do que previamente se pensava.

Contudo, a despeito de tal situação, arquivos encontrados em sítios tais como Nuzi ainda provêm muito auxílio elucidativo sobre as narrativas patriarco-matriarcal como uma literatura de cunho histórico.

Não estamos falando sobre a relação cronológica entre o material estudado e a datação do tempo dos patriarcas e matriarcas bíblicos, pois, como já vimos, muito pouca direção nos é concedida pelo material legal de Nuzi neste quesito.

O que fica claro é que o conteúdo narrativo patriarco-matriarcal demonstra ser parte da cultura do Antigo Oriente Próximo, e ainda, que o conteúdo registrado foi feito por um autor afeito às questões legais que pervadem pelo menos de 1700 a 1250 a.C.

Assim, ainda que não possamos identificar paralelos específicos, similaridades entre o *modus vivendi* patriarco-matriarcal, como registrados dentro do conteúdo veterotestamentário, e o estilo de vida e cultura evidenciados em centros tais como Nuzi são evidentemente claros.

Em áreas de cultura geral, de outra sorte, as similaridades são confirmadas em toda parte pela abundante literatura legal encontrada no Antigo Oriente Próximo.

Temos, portanto, a conclusão de que há uma correlação cultural entre Nuzi e os patriarcas e matriarcas bíblicos, não exatamente explicativa à *stricto sensu*, porém preservada em conteúdo, já que no Oriente Antigo a legislação não se modificava com frequência, perpetuando os seus fundamentos por gerações seguidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDINALL, Peter. The Bible and History. In: *The Expository Times*, 102, 1991, p. 328-332.

ALBRIGHT, William Foxwell. *From the Stone Age to Christianity*. Garden City: Doubleday Pb., 1957.

_____. *History of Archaeology and Christian Humanism*. London: McGraw-Hill Book Company, 1964.

_____. The Antiquity of Mosaic Law. In: MAIER, John & TOLLERS, Vincent (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu: Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 148-55.

ALEXANDER, T. The Wife/Sister Incidents of Genesis: Oral Variants?. *Irish Biblical Studies*, n. 11, 1989, p. 2-22.

ARENDT, Hannah. A Crise na Cultura: sua importância Social e política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p. 248-81.

BANDSTRA, Barry L. *Reading the Old Testament: An Introduction to the Hebrew Bible*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1995.

BAR-EFRAT, Shimon. Some Observations on the Analysis of Structure in Biblical Narratives. In: HOUSE, Paul R. (ed.). *Beyond Form Criticism: Essays in Old Testament Literary Criticism*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1992, p. 186-205.

BARTON, John. *Reading the Old Testament: Method in Biblical Study*. Philadelphia: Westminster Press, 1984.

BEWER, Julius A. *The Literature of Old Testament*. New York: Columbia University Press, 1962.

BLENKINSOPP, Joseph. The Structure of P. *Catholic Biblical Quarterly*, n.38, 1976, p. 275-92.

BLUM, Erhard. *Die Komposition der Vätergeschichte*. Neukirchen-Vluyn: Neukirchner Verlag, 1984.

BOTTÉRO, J. Le problème des Habiru. In: *IVe Rencontre Assyriologique Internationale*, Paris, 1954.

BRIEND, Jacques. Cent ans d'archéologie en Palestine. In: *Le Monde de la Bible*, n.75, 1992, p. 20-21.

_____, LEBRUN, R. ; PUECH, E. *Tratados e Juramentos no Antigo Oriente Próximo*. José Maria da Costa Vilar (trad.). São Paulo: Paulus, 1998.

BRIGHT, John. *História de Israel*. Euclides Carneiro da Silva (trad.). São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BROWN, Francis (cord.). $\text{b}+\text{y}$. In: *The New Brown-Driver-Briggs-Gesenius Hebrew and English Lexicon- With an Appendix Containing the Biblical Aramaic*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1979, p. 405.

BRUEGGEMANN, Walter. *O Dinamismo das Tradições do AT*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

CAZELLES, H. The Hebrews. In: D. J. Wiseman (ed.). *Peoples of Old Testament Times*. Oxford: At The Clarendon Press, 1973, p.1-28.

CHAALAS, Mark W. Recent Trends in the Study of Israelite Historiography. *Journal of The Evangelical Theological Society*, v.38, n.2, 1995, p. 161-9.

_____. The Historian, The Believer, And The OT: A Study In The Supposed Conflict Of Faith And Reason. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.36, n.2, 1993, p. 145-62.

CHIERA, Edward. *Joint Expedition With the Iraq Museum at Nuzi*, 6 vols., 1927-1939.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.11, 1929.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.19, 1929.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.25, 1929.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.48, 1929.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.67, 1929.

_____. *Harvard Semitic Series*, v.V, n.80, 1929.

_____.; E.A. Speiser. Sale-Adoption. *Journal of the American Oriental Society*, XLVII, 1927, p. 37-8.

CHILDS, Brevard S. *Old Testament Theology in a Canonical Context*. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

CRENSHAW, James. *Studies in Ancient Israelite Wisdom*. New York: KTAV Pb. House, 1976.

CRÜSEMAN, Frank. *A Torá: Teologia e História Social da Lei no Antigo Testamento*. Haroldo Reimer (trad.). Petrópolis: Vozes, 2002.

DE VAUX, Roland. *Ancient Israel - Its Life and Institutions*. John McHugh (trsl.). London: Longman & Todd, 1976.

- DEARMAN, J. Andrew. *Religion and Culture in Ancient Israel*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1992.
- DEURLOO, K. A. Narrative Geography in Abraham Cicle. *Oudtestament Studiën*, n. 26, 1990, p. 48-62.
- DORSEY, David A. The Law of Moses and The Christian: a compromise. *Journal of The Evangelical Theological Society*, v.34, n.3, 1991, p. 321-34.
- DOUGLAS, Mary. *Implicit Meanings*. London: Routledge and Paul, 1975.
- DRAFHORN, Anne. Illani/Elohim. *Journal of Biblical Literature*, n.76, 1967, p. 217-24.
- ELLINGER, K; RUDOLF, W. (eds.). *Biblia Hebraica Stuttgartensia*. Editio quarta emendata. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1990.
- ESSER, H.-H. *nomos*. In: BROWN, Colin (ed.). *O Novo Dicionário de Teologia do Novo Testamento*, Vol. III: L-Q. São Paulo: Edições Vida Nova, 1983, p.34-51.
- FÁVERO, Leonor Lopes ; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.
- FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. *Notas Sobre o Conceito Antropológico de Cultura*. Apostila apresentada no curso de Cultura e Sistemas Simbólicos, UCG, Março de 2001.
- FINEGAN, Jack. *Light From the Ancient Past-The Archaeological Background of the Hebrew Christian Religion*. Princeton: University Press, 1947.
- FIRESTONE, Reuven. Difficulties in Keeping a Beautiful Wife: The Legend of Abraham and Sarah in Jewish and Islamic Tradition. *Journal of Jewish Studies*, n.42, 1991, p. 196-214.
- FREEDMAN, David Noel. Nuzi. In: BECK, Astrid B. (ed.). *Anchor Bible Dictionary*, vol. IV, Garden City: Doubleday Pb., 1992, p. 1156-63.

_____. The Chronology of Israel and Ancient Near East. In: WRIGHT G. E. (ed.). *The Bible and Ancient Near East*. New York: Doubleday & Company Inc., 1961, p. 203-14.

GADD, C. J. *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, n.23, 1926, p. 51-2.

_____. *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, v. XXIII, n.51, 1926, p. 49-161.

GARNER, Gordon G. Archaeology as a Tool. *Vox Reformata*, 50, 1988, p. 39-47.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDINGAY, John. Patriarchs in Scripture and History. In: MILLARD, A.R. & WISEMAN, D. J. (eds.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p.11-42.

GORDON, Cyrus H. *Introduction to the Old Testament Times*. Ventnor: Ventnor Publishers, 1953.

_____. Biblical Customs and the Nuzu Tablets. In: FREEDMAN, D. N. & CAMPBELL, E. F. (eds.). *Biblical Archaeologist Reader*, n.2, Chicago, 1975.

GOTTWALD, Norman K. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

_____. *As Tribos de YAHWEH: Uma Sociologia da Religião do Israel Liberto 1250-1050 a.C.* Pe. Anacleto Alvarez (trad.). São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

GRAY, John. *Archaeology and the Old Testament World*. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962.

GREENBERG, Moshe. Another Look at Rachel Theft of the Teraphim. *Journal of Biblical Literature*, n.81, 1962, p. 239-48.

GREENGUS, S. Sisterhood Adoption at Nuzi and the 'Wife-Sister' in Genesis. *Hebrew Union College Annual*, n.46, 1975, p.5–31.

GROSZ, K. Dowry and Brideprice at Nuzi. In: MORRISON, M. A. and OWEN, D. I. (eds.). *Studies in the Civilization and Culture of Nuzi and the Hurrians*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1981, p. 161–82.

HAMILTON, Victor P. *The Book of Genesis: Chapters 1-17*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1991.

HARRIS, Roland Laird. *Inspiration and Canonicity of the Scriptures*. Greenville: A Press, 1995.

HOFFNER, Harry A. The Linguistic Origin of Teraphim. *Bibliotheca Sacra*, v.124, n.495, 1967, p. 230-8.

_____. The Hitites and Hurrians. In: WISEMAN, Donald J. (ed.) *Peoples of Old Testament Times*. Oxford: At The Clarendon Press, 1973.

JACOBSEN, Thorkild. Formative Tendencies in Sumerian Religion. In: WRIGHT, G. Ernest (ed.). *The Bible and Ancient Near East*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1961, p. 267-78.

KEEL, Othmar. Do Meio das Nações- A Bíblia Como Porta de Entrada de Culturas Antigas do Oriente Próximo. *Concilium*, v.257, n.1, 1995, p.10-21.

KITCHEN, K. A. *Ancient Orient and Old Testament*. London: The Tyndale Press, 1966.

KLEIN, Ralph W. *Israel in Exile*. Philadelphia: Fortress Press, 1979.

KOCH, Klaus. *The Growth of the Biblical Tradition: The Form Critical Method*. New York: Scribner and Sons, 1969, p. 115-28.

KRAMER, Samuel Noah. Sumerian Literature and the Bible. In: TOLLERS, Vincent L.; MAIER, John R.(eds.). *The Bible in Its Literary Milieu- Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 272-83.

KROEBER, A.L. *A Natureza da Cultura*. Lisboa: Edições 70, 1993.

LA PLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAMBERT, W. G. A New Look at the Babylonian Background of Genesis. In: TOLLERS, Vincent L.; MAIER, John R. (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu- Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 285-97.

MACKINLAY, Judith. Dead Spots or Living Texts? A Matter of Biblical Reading. In: *Pacifica*, n.5, 1992, p. 1-16.

MARCH, Eugene. The Priestly Tradition: A Theology for Sourjourners. *Society of Biblical Literature*, 1976.

MARCONI, Nazareno. Contributi per una lettura unitaria di Gen 37. *Rivista Biblica*, n.39, 1991, p. 277-303.

MARGAIN, Jean. Aspects de la Critique biblique ancienne. *Etudes Théologiques et Religieuses*, n.67, 1992, p. 83-6.

MATTHEWS, Victor H.; BENJAMIN, Don C. *Old Testament Parallels: Laws and Stories from the Ancient Near East*. New York: Paulist Press, 1991.

MCEVENUE, Sean E. A Comparison of Narrative Styles in the Hagar Stories. *Semeia*, n.3, 1975, p. 64-80.

MCQUILKIN, J. Robertson. Limits of Cultural Interpretation. *Journal of The Evangelical Theological Society*, v.23, n.2, 1980, p. 105-12.

MENDENHALL, George E. The Nature of the Abraham Narratives. In: MILLER, Patrick D. ; HANSON, Paul D.; MCBRIDE, S. Dean (eds.). *Ancient Israelite Religion - Essays in Honor of Frank Moore Cross*. Philadelphia: Fortress Press, 1987, p. 337-56.

MILLARD, A. R. Methods of Studying the Patriarchal Narratives as Ancient Texts. In: MILLARD, A.R.; WISEMAN, D. J. (ed.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p. 43-58.

MONTGOMERY, John Warwick. A Critique of a Certain Uncritical Assumptions in Modern Historiography. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.40, n.4, 1997, p. 653-61.

MORRISON, M. A. The Jacob and Laban Narrative in Light of Near Eastern Sources. *Biblical Archaeologist*, Summer 1983, p. 160-1.

MUILENBURG, James. Form Criticism and Beyond. In: MAIER, John; TOLLERS, Vincent (eds.). *The Bible in Its Literary Milieu: Contemporary Essays*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pb. Co., 1979, p. 362-80.

MYERS, Charles F. The Sample Interpretation of Extra-Biblical Sources- The Nuzi Material and the Patriarchal Narratives. In: *Biblical Interpretation-Principle and Practices*. Grand Rapids: Baker Book House, 1987, p. 169-76.

OWEN, G. Frederick. *Archaeology and the Bible*. New York: Fleming H.Revell Co., 1961.

PFEIFER, Charles F. Nuzi. In: PFEIFER, Charles F. (ed.). *The Biblical World: A Dictionary of Biblical Archaeology*. Grand Rapids: Baker Book House, 1966, p. 422-5.

POLZIN, Robert M. *Moses and the Deuteronomist*. New York: Seabury Press, 1980.

_____. *Biblical Structuralism: Method and Subjectivity in the Study of Ancient Texts*. Philadelphia: Fortress Press, 1977.

_____. "The Ancestress of Israel in Danger" In Danger. *Semeia*, n.3, 1975, p. 81-98.

PRITCHARD, James B.(ed.). *The Ancient Near East – An Anthology of Texts and Pictures*. 4th ed. Princeton: Princeton University Press, 1969.

RABE, Norbert. Zur synchron definierten alttestamentlichen Textkritik. *Biblische Notizen*, 52, 1990, p. 64-97.

RENDTORFF, Rolf. The Yahwist as a Theologian? The Dilemma of Pentateuch Criticism. In: *Journal for the Study of Old Testament*, n.3, 1976, p. 3-10.

RIOS, Dermival Ribeiro. Lei. In: *Novo Minidicionário Escolar- Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Tema, 2001, p. 352.

RONNING, John. The Naming of Isaac. The Role of Wife/Sister Episodes in the Redaction of Genesis. *Westminster Theological Journal*, v.53, n.1, 1991, p. 1-27.

ROSS, Allen P. Studies in the Book of Genesis- Part 3: The Table of Nations in Genesis 10—Its Content. *Bibliotheca Sacra*, v.138, n.549, 1981, p. 22-34.

SAAGS, H. W. F. The Assyrians. In: WISEMAN, Donald J. (ed.) *People of Old Testament Times*. Oxford: At The Clarendon Press, 1973, p. 156-78.

SANTOS, José Luiz dos. *O Que é Cultura*. 5ª impressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHMIDT, H.H. In Search of New Approach in Pentateuchal Research. *Journal for the Study of Old Testament*, n.3, 1976, p. 33-42.

SELMAN, M. J. Comparative Customs and Patriarchal Age. In: MILLARD, A. R.; WISEMAN, D. J. (eds.). *Essays on the Patriarchal Narratives*. Leicester: Inter-Varsity Press, 1980, p.93-137.

_____. The Social Environment of the Patriarchs. *Tyndale Bulletin*, 1976, n. 27, p. 114-36.

SKA, Jean Louis. Sincronia: A Análise Narrativa. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio (coord.). *Metodologia do Antigo Testamento*. João Rezende Costa (trad.). São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.123-48.

SMEND, Rudolph. Das Gesetz und die Volker: Ein Beitrag zur deuteronomistischen Redaktionsgeschichte. *Probleme biblischer Theologie*. Münch: Kaiser Verlag, 1971, p.494-509.

SMICK, Elmer B. Old Testament Cross-Culturalism: Paradigmatic or Enigmatic? *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.32, n.1, 1989, p. 3-16.

SOGGIN, J. Alberto. *Introduction to the Old Testament: From Its Origin to the Closing of the Alexandrian Canon*. Philadelphia: The Westminster Press, 1976.

SPEISER, E.A. Genesis. In: *Anchor Bible*. Garden City: Doubleday, v.I, 1957.

_____. In: FINKELSTEIN, J.; GREENBERG, Moshe (eds.). *Oriental and Biblical Studies: Collect Writings of E. A. Speiser*. Philadelphia: 1967, p. 266-7.

_____. I Know not the Day of My Death. *Journal of Biblical Literature*, 1955, n. 74, p. 252-6.

_____. The Wife-Sister Motif in the Patriarchal Narratives. In: FINKELSTEIN, J.; GREENBERG, Moshe (eds.). *Oriental and Biblical Studies*. Philadelphia: 1967, p. 75-83.

SPRINKLE, Joe M. Old Testament Perspectives on Divorce and Remarriage. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v.40, n.4, 1997, p. 529-50.

TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. Leyla Perrone-Moisés (trad.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

THOMPSON, Thomas L. *The Historicity of Patriarchal Narratives: The Quest for Historical Abraham*. Berlin: Walter de Gruyter, 1974.

THOMPSON, Thomas L. *The Background of the Patriarchs*. Sheffield: Sheffield Pb., 1996.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *Antropologia: O Homem e a Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.

UNGER, Merrill F. *Archaeological Discoveries and Their Bearing on Old Testament: Part II. Bibliotheca Sacra*, v.112, n.446, 1955, p. 137-43.

VAN GRONINGEN, Gerard. *Messianic Revelation in the Old Testament*. Grand Rapids: Baker Book House, 1990.

VAN SETERS, John. *Abraham in History and Tradition*. New Haven: Yale University Press, 1975.

VAWTER, Bruce. Response to Arvid S. Kapelrud's *The Role of the Cult in Old Israel*. In: HYATT, J. Philip (ed.). *The Bible in Modern Scholarship*. New York: Abingdon Press, 1965, p. 57-64.

VON RAD, Gerhard. *Teologia do Antigo Testamento: Teologia das Tradições Históricas de Israel*. Francisco Catão (trad.), v.1e 2. São Paulo: ASTE, 1973.

WALTKE, Bruce K. Aims of Old Testament Textual Criticism. *Westminster Theological Journal*, v.51, n.1, 1989, p. 93-108.

WALTON, John H. *Ancient Israelite Literature in Its Cultural Context: A Survey of Parallels Between Biblical and Ancient Near East Texts*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1990.

WEIR, C.J. Mullo. Nuzi. In: THOMAS, D. Winton (ed.). *Archaeology and Old Testament Study*. Oxford: At the Clarendon Press, 1967, p. 73-86.

_____. The Alleged Hurrian Wife-Sister Motif in Genesis. *Transactions of the Glasgow University Oriental Society*, n.22, 1967-68, p. 23-33.

WESTBROOK, R. The Dowry. In: *Property and the Family in Biblical Law*. Journal for the Studies of Old Testament Sup 113. Sheffield: JSOT, 1991, p. 142-64.

WEISEMAN, Donald J. Abraham In History And Tradition -Part I: Abraham The Hebrew. *Bibliotheca Sacra*, v.134, n.534, 1977, p. 123-30.

_____. Abraham in History and Tradition - Part II: Abraham the Prince. *Bibliotheca Sacra*, v.134, n.535, 1977, p. 228-37.

_____. The Bottleneck of Archaeological Publication. *Biblical Archaeology Review*, v.16, n.5, 1990, p. 60-3.

WOLFF, Hans Walter. O Querigma do Javista. In: BRUEGGEMAN, Walter; WOLFF, Hans Walter (eds.). *Dinamismo das Tradições do AT*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

WOOD, Leon. *A Survey of Israel's History*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1970.

WRIGHT, G. E. *O Deus Que Age*. Sumio Takatsu (trad.). São Paulo: ASTE, 1967.

_____. Archaeology of Palestine. In: WRIGHT, G.E. (ed.). *The Bible and the Ancient Near East: Essays in Honor of William Foxwell Albright*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1961, p.73-112.

YARON, R. *The Laws of Eshnunna*. Jerusalem: Magnes Press, 1969, p. 110–15.

YAMAUCHI, Edwin M. Cultural Aspects of the Marriage in the Ancient World. *Bibliotheca Sacra*, v.135, n.539, 1978, p. 241-52.

_____. *Las Excavaciones y Las Escrituras*. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1977.